



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0169/08	DATA: 13/03/2008
INÍCIO: 16h47min	TÉRMINO: 21h07min	DURAÇÃO: 4h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h23min	PÁGINAS: 105	QUARTOS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Mato Grosso.
BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Representante da OAB do Estado de Mato Grosso.
GUILHERME MALUF - Deputado Estadual por Mato Grosso.
MARCOS RONDON SILVA - Defensor Público da Vara de Execuções Penais do Estado de Mato Grosso.
SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Juíza da Vara de Execuções Penais.
JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Promotor de Justiça.
NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Secretária-Adjunta da Secretaria de Justiça e Segurança Pública — SEJUSP.
LENICE SILVA SANTOS - Presidenta da Fundação Nova Chance.
ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Tenente-Coronel Superintendente Penitenciário.
DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Diretora da Unidade Prisional Feminina Ana Maria do Couto May, do Estado de Mato Grosso.

SUMÁRIO: Debate sobre o sistema prisional do Estado de Mato Grosso.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Câmara Federal com a finalidade de investigar o sistema carcerário brasileiro.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 22 de agosto de 2007, após requerimento apresentado pelo Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário do nosso País.

Já visitamos cerca de 14 Estados, mais de 60 unidades prisionais, e estamos agora no Estado de Mato Grosso para debater com as autoridades locais o sistema carcerário deste Estado.

Estamos vindo do Estado de Mato Grosso do Sul, onde ontem, durante o dia, realizamos audiências e diligências nas unidades prisionais, além de uma audiência pública na Assembléia Legislativa, quando debatemos e discutimos com as autoridades daquele Estado os problemas relacionados ao sistema prisional.

Acompanham-me o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, Relator da CPI, e o Deputado Valtenir Pereira, do PSB de Mato Grosso, nosso companheiro de Comissão na Câmara Federal.

Para iniciar os nossos trabalhos, queremos convidar para compor a Mesa: a Dra. Neide de Mendonça, Secretária-Adjunta da Secretaria de Justiça do Governo do Estado de Mato Grosso (*pausa*); o Deputado Estadual Adalto de Freitas (*pausa*); o representante do Ministério Público, Dr. Joelson de Campos Maciel (*pausa*); a Dra. Selma Rosane Santos Arruda, Juíza da Vara de Execuções Penais (*pausa*); representando a Defensoria Pública, o Dr. Marcos Rondon Silva (*pausa*); a representante da OAB do Estado, Dra. Betsey Polischuk de Miranda (*pausa*); o Sr. Cledson Gonçalves da Silva, Presidente do Sindicato dos Agentes Prisionais do Estado do Mato Grosso. (*Pausa.*)

Queremos registrar a presença do Dr. José Carlos de Freitas, Diretor da Unidade Prisional Regional Pascoal Ramos, no Estado de Mato Grosso. Também registramos a presença da Dra. Dinalva Oriede de Silva Souza, Diretora da Unidade Prisional Feminina Ana Maria do Couto May, do Estado de Mato Grosso.

Agradecemos a presença a todos e, em nome do Deputado Estadual Adalto de Freitas, à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por ceder o espaço para que pudéssemos realizar esta audiência pública.



Hoje pela manhã visitamos duas unidades prisionais do Estado do Mato Grosso, uma unidade masculina e uma unidade feminina. Agora, durante esta audiência pública, vamos debater com algumas autoridades e representantes de instituições do Estado os problemas encontrados nas vistorias feitas pela CPI nessas duas unidades aqui do Estado do Mato Grosso.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 22 de agosto com o objetivo de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro, que é um dos sistemas prisionais mais violentos do mundo. Somente no ano de 2007, quase mil presos morreram dentro das unidades prisionais do nosso País.

Para um País que não aplica a pena de morte como pena máxima, é um número muito alto. Se somarmos alguns países que aplicam pena de morte, veremos que no ano de 2007, nos principais países, não morreram nem a metade do que morreram no nosso Brasil com a morte sem pena.

Das visitas também realizadas pela CPI às unidades prisionais, em mais de 14 Estados, podemos afirmar que o sistema carcerário brasileiro é um sistema caótico e um sistema falido. Com raríssimas exceções, temos algumas boas experiências em algumas Unidades da Federação. E eu quero aqui registrar uma dessas boas experiências na unidade prisional que nós visitamos hoje pela manhã, unidade feminina aqui do Estado do Mato Grosso, aqui representado pela sua diretora.

Podemos afirmar que é a melhor unidade prisional feminina já visitada por esta CPI, praticamente com todos os serviços determinados pela LEP sendo executados naquela unidade prisional. Um pouco mais de investimento por parte do Governo do Estado, e, quem sabe, a aplicação do Ministério Público, da Defensoria Pública na assistência jurídica, aquela unidade pode se tornar um modelo para o Estado e também para o Brasil.

Queremos parabenizar a diretora pelo cuidado ali e pela dedicação à frente daquela unidade prisional que nós visitamos hoje pela manhã. E também na visita realizada na unidade masculina, aqui no Estado do Mato Grosso, encontramos algumas experiências boas, muito embora, com a superlotação daquele local, não possamos falar em políticas de ressocialização. A questão da superlotação, que é a mãe de todas as mazelas do sistema carcerário brasileiro, e a falta de assistência



jurídica e acompanhamento dos apenados serão, com certeza, os principais temas desta audiência pública. Teremos também a oportunidade de ouvir informes, relatos e denúncias sobre o funcionamento do sistema prisional no Estado do Mato Grosso.

Nós sempre convidamos, nas visitas, representantes da Pastoral Carcerária para também participarem conosco e terem a oportunidade da palavra. Eu não sei se até o momento existe algum membro da Pastoral Carcerária que não foi devidamente qualificado aqui e identificado pela nossa Assessoria. Se estiver no plenário algum representante da Pastoral Carcerária ou de alguma outra entidade que cuide do acompanhamento e da defesa dos presos no Estado, pedimos que se apresente para que nós possamos identificar e dar a oportunidade também de falar.

O Relator está com a palavra para uma saudação. Logo em seguida, vamos dar início a esta audiência, ouvindo os relatos de algumas autoridades convidadas para estar conosco aqui.

Eu pediria ao Relator que pudesse trocar de lugar, porque na mesa, do lado esquerdo, tem um microfone.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta Comissão, Deputado Valtênir, do Estado do Mato Grosso, Deputado Adalto, em nome de quem quero saudar todos os Deputados desta Casa, agradecer pelo espaço e também, na sua pessoa, saudar toda a Mesa e saudar o povo do Estado do Mato Grosso.

Esta CPI, nós requeremos, partindo do ponto de vista de que a segurança no País é uma prioridade de toda a Nação. A CPI, como temos dito em todas as nossas falas, não é a CPI para defender marginais. Não é uma CPI limitada a presos. É uma Comissão que pretende contribuir com o sistema carcerário, aí entendidos todos os agentes públicos que estão envolvidos na questão do sistema prisional brasileiro.

Esta CPI não se destina a se dirigir a este ou àquele Governo. Esta CPI não é nem da Oposição nem do Governo. Esta CPI pretende defender os interesses da sociedade brasileira. Onde nós tivermos de desagradar Governo do PT, do PSDB, do PR, do PSB, nós vamos desagradar, para agradar a sociedade brasileira. Nós estamos nesse processo conhecendo a realidade, fazendo audiências em Brasília, mas principalmente visitando os Estados. E temos feito um apelo. Nós sabemos que o sistema tem problemas, sabemos que a responsabilidade não é de um Governo



que eventualmente esteja exercendo a função nesse momento. Sabemos que as responsabilidades são sucessivas e de vários agentes públicos: de Governos Estaduais, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, do Governo Federal e também do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, nós esperamos, diante dessa visita rápida que fizemos a 2 estabelecimentos, com problemas que tivemos na liberdade de visitar, com toda a inteireza, esses estabelecimentos, mesmo assim o que nós pedimos é que as autoridades que estão sendo convidadas a contribuir com a Comissão sejam as mais verdadeiras possíveis. Os problemas que tiverem, que sejam revelados, para que nós, juntos, possamos enfrentá-los. E também nós requeremos sugestões. Nós queremos, ao final da Comissão, pelo seu conjunto, apresentar sugestões que possam melhorar o sistema penitenciário, melhorar a vida dos agentes penitenciários, dos policiais militares e civis que ali trabalham, dos diretores, melhorar a questão da segurança. Nós queremos socializar os problemas da Defensoria, os problemas que os juízes das Varas de Execução Penal enfrentam, a dificuldade do Ministério Público.

Portanto, esta CPI não busca culpados individualmente. Nós estamos em busca de soluções que possam dar tranqüilidade aos 185 milhões de brasileiros. E parte dessa tranqüilidade depende da humanização do sistema carcerário. Os presos perderam o direito à liberdade. Eles não perderam o direito à alma, não perderam o direito de ser tratados como brasileiros.

Para não parecer que só nos preocupamos com os presos, esta Comissão também se preocupa com as vítimas, com o direito das vítimas. Nós sabemos que uma boa parte desses presos enlutaram famílias, muitos desses presos causaram prejuízos, mas é melhor tratá-los com dignidade do que tratá-los como feras, porque, na hora em que eles terminarem, na hora em que cumprirem a sua pena, se eles saírem mais violentos do que entraram, todos nós pagaremos essa conta. Pagaremos em vidas, pagaremos em patrimônio, pagaremos com impostos.

Portanto, esse é o objetivo da Comissão. Esperamos que todos os que estão nesta Mesa possam contribuir com a segurança pública, contribuir para a humanização do sistema carcerário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer ao nosso Relator, Deputado Domingos Dutra.

Vamos passar a palavra neste momento ao Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Mato Grosso para que possa fazer uso da palavra e fazer para esta Comissão um relato da situação dos agentes penitenciários ou agentes prisionais aqui do Estado de Mato Grosso.

Terá o tempo de 5 minutos para poder fazer esse relato o Sr. Cledson Gonçalves da Silva.

Queremos também solicitar à assessoria e segurança da Casa, por se tratar de audiência pública, para a qual a comunidade foi convocada e convidada a participar conosco, que pudessem abrir as portas para que eles pudessem ter acesso ao plenário, tendo em vista que nós temos alguns espaços aqui ainda que poderão ser ocupados pelas pessoas que estão nas galerias. Então, eu queria solicitar à segurança da Casa e à direção da Casa que pudessem permitir o acesso ao plenário das pessoas que estão nas galerias, para que todos possam participar aqui mais de perto conosco desta audiência pública.

Nós queremos registrar as presenças dos Defensores Públicos: Dr. Márcio Bruno, Dr. André e do Dr. Márcio Dorileu. Queremos registrar as presenças desses defensores públicos conosco aqui nesta audiência. Queremos também registrar a presença do Dr. José Carlos de Freitas, que é Diretor da Penitenciária Pascoal Ramos, e do Dr. Davi Cuebas, que é nosso convidado também para participar conosco aqui na mesa.

Com a palavra o Sr. Cledson.

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Eu quero cumprimentar o Deputado Neucimar Fraga, Presidente da CPI; Deputado Relator, Domingos Dutra; Deputado Valtenir Pereira, representando Mato Grosso nesta CPI; a Dra. Selma Rosane, em nome de quem eu cumprimento as demais autoridades que compõem a Mesa.

Deputado Neucimar, a situação prisional do Estado do Mato Grosso não é diferente das demais no Brasil. Pelo que nós temos acompanhado, é um caos, é uma vergonha, é um desrespeito para com o humano que lá está. E, quando fazemos essa afirmativa, nós não nos dirigimos só aos presos, principalmente aos



agentes prisionais. Os presos transgrediram a lei, e a sociedade pediu que os tirassem do meio social, mas os agentes prisionais não cometeram crime algum e acabam pagando também pelas mazelas do sistema prisional.

Em Mato Grosso não é diferente. Nós temos acompanhado há muito tempo o descaso com que é tratado o sistema prisional em Mato Grosso, e a situação se perdura. Nós não temos aí nenhum projeto voltado para a melhoria do sistema prisional. O senhor acompanhou apenas a situação do Pascoal Ramos, do Presídio Pascoal Ramos e do presídio feminino. O Presídio Pascoal Ramos, um presídio construído para abrigar 350 presos, tem 1.100 detentos naquele local. Eu acho que não precisamos fazer mais nenhum outro comentário a respeito da situação daqueles que ali estão.

Então, nós pedimos a esta CPI que realmente acompanhe de perto a situação, porque a situação é bem mais grave em outras cadeias espalhadas pelo Estado de Mato Grosso, onde o agente prisional não tem segurança nenhuma, não há presença da Polícia Militar, e essas cadeias estão superlotadas. Há algumas ações do Governo Federal no sentido de melhorar a situação dos agentes prisionais, mas, infelizmente, em Mato Grosso não se evolui. Uma delas é a questão do direito ao porte de arma, através da Lei 10.826, e, depois, através da Portaria 315, Federal, que também não é respeitada.

Nos presídios que os senhores estiveram, e acabaram de elogiar, o presídio feminino, nós entendemos que há um bom trabalho naquele setor, mas que deveria ser corrigido o equívoco que existe ali naquele local, que é com relação às crianças e adolescentes que se encontram ali com as suas respectivas mães, que estão presas, e isso entra em conflito. Há um conflito nessa questão com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às leis de execuções penais. Então, nós pedimos à CPI que corrija esse equívoco que vem ocorrendo aqui. Então, o que nós queremos registrar e pedir ao Presidente da CPI é que faça algumas sugestões ao Governo do Estado.

Outro erro grave que nós temos acompanhado aqui no Estado de Mato Grosso é com relação à presença de vários militares do comando do sistema prisional de Mato Grosso. Nós gostaríamos que os militares se ativessem ao art. 144 da Constituição Federal e cumprissem com as suas atribuições, inclusive com



relação às guardas das cadeias e presídios. A Polícia Militar é necessária, sim, mas nas ruas, garantindo a segurança dos cidadãos, não comandando o sistema prisional. O sistema prisional tem que ser comandado por pessoas do meio do sistema prisional.

E quero fazer uma sugestão ao senhor, Presidente da CPI: que nos Estados que o senhor visitar ouça os agentes prisionais. Ninguém conhece mais esse sistema do que os próprios agentes prisionais. Eu acho que seria importantíssimo esse ato de humildade no sentido de ouvir também os agentes prisionais. Nós tivemos uma cena aqui degradante que nos fez lembrar a ditadura, quando um coronel me colocou para fora do saguão, aqui deste plenário. Isso é inadmissível. Onde está a democracia? Então, que os militares se atenham às suas funções, de acordo com o art. 144 da Constituição. É isso que eu gostaria de expressar. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Sr. Cledson. Algumas perguntas faremos ainda durante esta audiência. Nós só queremos informar ao Sr. Cledson que é praxe desta CPI, em todos os Estados que nós visitamos, nós convocamos o Presidente do Sindicato, da Associação dos Agentes, para ter oportunidade de falarem. E como já disse o nosso Relator, esta CPI não foi criada para defender nem preso nem Governo. A CPI foi criada para defender um sistema penitenciário que funcione no Brasil.

Então, nós queremos dar voz a todas as entidades e a todas as representações daqueles que são responsáveis ou acompanham a execução da pena no nosso Brasil, entre eles, os agentes penitenciários, que nós sabemos que são instrumento muito eficaz quando funcionam bem no cumprimento da pena da população carcerária brasileira.

Portanto, fica aqui também este registro, para dizer que a CPI sempre ouve, em todos os Estados, nós damos ouvido e damos voz aos agentes penitenciários para fazerem uso da palavra. Nós agradecemos a sugestão.

Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.



Eu mesmo tinha falado para V.Exa. que fosse conveniente ouvir todos e depois fazer perguntas a todos. Eu queria refazer o meu ponto de vista e solicitar que possamos ouvir um a um, até porque o primeiro depoente demonstrou conhecimento, e seria conveniente, talvez, fazermos logo as perguntas, como ontem, lá no Estado de Mato Grosso do Sul, que fomos logo exaurindo as perguntas com cada depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só solicitar à assessoria de sonotécnica da Casa que pudesse providenciar um microfone sem fio para a Comissão.

Eu queria então pedir ao Sr. Cledson que pudesse usar a tribuna ali, enquanto nós vamos fazer algumas perguntas, para aproveitar a oportunidade também e o tempo.

O Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Cledson, obrigado pela presença.

Como eu disse no início, esta CPI só vai prosperar se todos nós formos verdadeiros, formos francos, porque ela não partiu e nem parte para indiciar ninguém. As demais CPIs não fazem audiências públicas como fazemos. Nós convocamos e ouvimos os depoimentos, ali inclusive com compromisso. Nós temos uma metodologia diferente.

O senhor usou palavras bastante duras, falou em caos, vergonha e descaso. Eu gostaria que V.Sa. qualificasse melhor essa vergonha, o caos e esse descaso, para que a CPI possa, a partir dessa constatação, tirar sugestões.

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Deputado Domingos Dutra, quando digo descaso, Deputado, eu entendo que, para mudarmos alguma coisa em qualquer setor, nós temos que priorizar, nós temos que ter compromisso, nós temos que querer mudar. Eu não sinto — eu estou há 6 anos como Presidente do Sindicato dos Investigadores e Agentes Prisionais —, eu não senti, em momento algum, vontade de mudar, de inverter a situação que nós temos hoje no sistema prisional em Mato Grosso. A partir do momento em que há vontade de mudar, você tem que priorizar, você tem que projetar, tem que programar. Eu não vi nada disso. Nós



temos cadeias superlotadas, nós temos deficiências de agentes prisionais em todo o Estado de Mato Grosso, nós temos péssimos salários pagos a esses profissionais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos agentes existem hoje no Estado?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Mil agentes concursados e cerca de 600 agentes contratados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual o salário dos agentes contratados, qual o salário inicial dos concursados?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - O salário inicial de um agente concursado, até pouco tempo, era de 870 reais; hoje é 1.000 reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O mesmo do contratado?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não. O contratado ganha o mesmo salário do concursado em início de carreira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos agentes morreram nos últimos anos aqui no exercício da função?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Nós não temos o registro de homicídios nesse setor, no setor, mas tivemos recentemente em Paranatinga um atentado contra um agente prisional, onde o agente prisional foi baleado. Os bandidos, no intuito de libertarem alguns presos daquela unidade... E gostaria de, em cima dessa pergunta que o senhor fez, relatar que na maioria — na maioria, cerca de 80% a 90% — das cadeias de Mato Grosso, não há presença da Polícia Militar, e os agentes prisionais trabalham desarmados.

Portanto, se qualquer pessoa quiser soltar todos os presos, é só comprar uma faca na esquina e ir lá, que o agente prisional nada poderá fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há algum agente penitenciário com problema de saúde em decorrência do exercício da profissão?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Temos vários problemas de saúde, até porque é de conhecimento, tenho certeza eu, desta CPI, que esses agentes prisionais convivem com vários presos com doenças infecciosas transmissíveis, e não recebem nem um centavo de insalubridade por arriscarem a sua vida e se exporem nesse contato com os presos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós presenciamos hoje na visita uma militarização muito forte. Inclusive, eu me senti cerceado no meu trabalho de Parlamentar em função da presença ostensiva de militares no interior principalmente do presídio masculino. O senhor denunciou a militarização dos presídios. Agora há pouco, o senhor falou que a maioria dos presídios não tem militares. Eu perguntaria para o senhor: a militarização se dá em que presídios? É a substituição total dos agentes? E que prejuízo isso ocasiona para a categoria e para os presos?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Eu entendo que a presença da Polícia Militar está mais concentrada nos presídios de Mato Grosso. Nas cadeias, não há presença, na maioria delas, da Polícia Militar. Nós defendemos, o sindicato defende, a idéia de que presídios não precisariam da presença da Polícia Militar. Se preparados, os próprios agentes prisionais poderiam fazer tanto a segurança interna quanto a externa dos presídios. Isso funciona em São Paulo, e funciona muito bem.

Portanto, eu acho que deveria haver essa desmilitarização dos presídios do Estado de Mato Grosso e também da parte administrativa do sistema prisional de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa militarização, o senhor credita a quê? À organização criminosa que atua no interior dos presídios, à violência dos presos, falta de preparo dos agentes? A que o senhor atribui?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Eu atribuo a uma ameaça, porque a presença da Polícia Militar não tem inibido em nada inclusive o tráfico que existe dentro dos presídios. Recentemente foi feita uma apreensão pelos agentes prisionais, no presídio Pascoal Ramos, de explosivos, ou seja, bombas, com capacidade para explodir aquele presídio. Quer dizer, de fato, não está funcionando a presença da Polícia Militar no sentido de coibir.

Então não há por quê. Eu vejo que não há por quê.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual a quantidade de explosivo, quando foi?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Foi recentemente. Não tenho o peso exato, mas cerca de 3 quilos de explosivos de alta intensidade foram presos no presídio Pascoal Ramos. Isso sem contarmos cocaína, maconha e celulares, que isso é rotina naquele local.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos celulares o senhor tem conhecimento de que foram apreendidos no ano passado em todo o sistema e, de forma particular, no Pascoal?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Foram muitos. Eu não tenho esse número exato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mais de 100, 200, 300?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Mais de 100. Creio eu que no Estado todo mais de 300 celulares foram presos ano passado dentro dos presídios e cadeias do Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informação se há procedimento disciplinar para apurar esses fatos?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não, o conhecimento que eu tenho é de que existe um setor de inteligência dentro do sistema prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem notícia de mulheres presas nos estabelecimentos penais do Estado, cadeias, na capital e no interior, a presença de mulheres no mesmo local destinado a homens?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não. Nós não temos... Não é do nosso conhecimento aqui em Mato Grosso presença de mulheres junto com homens, igual ocorreu. Não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há algum indício de organizações criminosas, tipo Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital, Amigo dos Amigos, que atuam aqui nos presídios?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - É de conhecimento de todos que vários desses presos que comandam o PCC passaram por Mato Grosso. Então, sem sombra de dúvida, nós não temos nenhuma dúvida de que há, aqui dentro do presídio de Mato Grosso, células do crime organizado lideradas por esse preso conhecido aí, no caso, o Marcola.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor visita constantemente os presídios, como Presidente do Sindicato?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Eu visito principalmente as cadeias no interior. Tenho visitado. Recentemente estive no Pascoal Ramos. Eu não sei se mudaram alguma coisa para recebê-los hoje, mas a última impressão que eu



tive do Pascoal Ramos é a pior possível: um presídio podre, sem higiene nenhuma, sem condição nenhuma de abrigar os presos, muito menos os agentes prisionais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Hoje, o presídio estava com um aspecto razoável. A cozinha estava, inclusive, ainda com o cheiro de água. O senhor pode informar se houve alguma tentativa de maquiar?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - É porque já sabiam que vocês iriam visitar, que os senhores iriam estar visitando aquela unidade, sem sombra de dúvida.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor pode relatar a situação de algum outro presídio que esteja em situação deplorável?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Nós passamos uma farta documentação ao Deputado Walter Rabello. Creio eu que ele vai estar passando às mãos do Presidente desta CPI. Ali tem 2 CDs com filmagens do presídio Mata Grande e também do Pascoal Ramos. Não terão como maquiar essas imagens, e vocês terão acesso a um relato real do que realmente acontece hoje nesses presídios do Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu recebi muitas queixas de maus-tratos. Eu entrevistei alguns presos, vi marcas. O senhor tem conhecimento de marca de maus-tratos no interior dos presídios, principalmente lá no Pascoal?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não, nós não temos esse conhecimento. Nós sabemos que há violência entre presos, até porque um presídio com capacidade para 350, e tem 1.100, é impossível não haver um embate entre os presos, creio eu que até para dormir. De repente, para dormir, no revezamento de quem vai dormir, pode haver um certo desentendimento entre eles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos agentes penitenciários já foram punidos, quantos foram excluídos da categoria? O senhor sabe quantos respondem a processo? Se souber os processos, quais os motivos?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Nós temos conhecimento de que vários agentes prisionais deixaram o sistema por estar envolvidos com questões ilícitas. E quero deixar bem claro aos senhores e aos presentes que o Sindicato torce para que esses maus profissionais sejam tirados do meio, até porque nós defendemos um tratamento justo àqueles profissionais que realmente têm



compromisso com o sistema prisional. Então, que fiquem os bons; que os ruins sejam expurgados do sistema prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem algum agente preso? E se tiver, quais os motivos e em que unidade ele está preso?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Nós temos conhecimento de alguns agentes prisionais presos. Recentemente, o mais recente foi o preso no Pascoal Ramos tentando entrar naquele estabelecimento com produto químico, ou seja, pasta base de cocaína. Está preso no presídio de Santo Antônio do Leverger.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Santo Antônio é muito longe daqui?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não, são 27 quilômetros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não sabe a quantidade de agentes presos?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não, nós não temos esse controle, até porque o Sindicato presta assessoria jurídica àqueles que são associados. Muitos desses, a exemplo do último que caiu preso, ele não é associado do sindicato, portanto nós não temos esse controle.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma notícia de desvio de recursos públicos?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Parece-me que se ameaçou uma CPI para apurar desvios e ilicitudes no sistema prisional em Mato Grosso, mas que não aconteceu essa CPI. Acho que, se pudesse, esta CPI averiguar melhor, algo que envolva o sistema alimentício, coisa parecida.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais os indícios que estavam levando à instalação da CPI? Você tem informações, tem documentos, tem matéria de jornais?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Seria desvio do Erário, superfaturamento, coisa dessa natureza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem alguma informação que o senhor queira passar reservadamente para a Comissão, que não queira expor aqui?



O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Não. Nós fizemos, conforme eu coloquei para o senhor, nós fizemos o relatório, entregamos esse relatório ao Deputado Walter Rabello. Ele vai estar passando ao Presidente da CPI. Aquilo lá vai dar para o senhor ter uma visão geral do sistema prisional em Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais são as reivindicações que o senhor faz hoje, não só para a categoria, além dessa que o senhor já apontou no início?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - A reivindicação é de que o Governo realmente invista no sistema prisional, que o Governo tenha um projeto voltado para a melhoria do sistema prisional, que os presos sejam separados de acordo com a qualificação do crime cometido, e que o Governo trate o agente prisional de forma mais humana, que ele realmente respeite os direitos dos agentes prisionais, que não vêm sendo respeitados. Um deles é de acordo com o porte de arma. Os agentes prisionais de Mato Grosso não têm uma lei orgânica que discipline a carreira do agente prisional, e nós não temos sentido no Governo do Estado nenhum compromisso em estar revertendo a situação em que se encontra, hoje, a situação precária em que se encontra hoje o sistema prisional.

Então, nós pedimos ao Governo do Estado e também, através de vocês, ao Governo Federal, que invista no sistema prisional, porque eu acredito que se não for feito um trabalho neste momento, na frente nós teremos grandes problemas, até porque o problema vai se agravando cada vez mais.

Em Mato Grosso, nós temos quase 8 mil detentos, a capacidade ... Nós temos quase 10 mil detentos em Mato Grosso, a capacidade dos nossos presídios e cadeias é para 7 mil, e temos aí 17 mil mandados de prisão em aberto. Então, se as Polícias Civil e Militar cumprirem todos esses mandados de prisão que estão abertos, nós vamos ter, cada um daqui, de levar um pouco de preso para nossas casas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, a última pergunta. Eu noto do Sr. Cledson uma certa vontade de contribuir e uma sinceridade na sua declaração.

Eu pergunto ao senhor, assim com toda a franqueza, pela experiência que o senhor tem, tanto aqui na Capital como no interior: juiz de execução, promotor da



Vara de Execução, Defensoria Pública visitam periodicamente os estabelecimentos penais ou não? Se visitam, vão só à administração, têm contato com os presos ou não?

O SR. CLEDSON GONÇALVES DA SILVA - Alguns visitam, grande parte não visita. Nós gostaríamos que visitassem para acompanharem de perto. Inclusive temos sugerido, principalmente no interior, que os agentes prisionais façam relatório a respeito daquela unidade, que relatem porque, normalmente, quando fogem, quando acontece alguma coisa de ruim dentro da cadeia, quem acaba pagando o pato é o agente prisional. Então, que eles façam relatórios, encaminhem ao juiz e promotores para que eles tenham conhecimento da forma em que está funcionando aquela unidade. A maioria delas funcionam com 1 ou 2 agentes prisionais por plantão, para cuidar de 100, 150 presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Sr. Cledson, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Mato Grosso e, se houver necessidade, poderemos voltar a tomar alguns depoimentos e fazer algumas interpelações durante ainda esta audiência ao Sr. Cledson.

Nós vamos passar a palavra neste momento, ao Sr. Davi Cuebas, Presidente do Centro de Apoio à Liberdade Assistida — CALA, que terá oportunidade de falar pelo tempo de 5 minutos. *(Pausa.)* O Sr. Davi estava aqui? *(Pausa.)*

Então, vamos passar a palavra à representante da OAB do Estado do Mato Grosso, para que também possa fazer uso da palavra e fazer um relato sobre a situação do sistema prisional aos olhos da OAB do Estado do Mato Grosso.

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Eu cumprimento a todos pela Presidência da CPI e não vou bater em fatos que todos sabem, é notório, da superlotação, da situação em que se encontram os nossos presídios. Recebi dos presos, assinado, um pedido com 45 reivindicações. Vou passar essa parte ao Presidente da CPI. E gostaria realmente de ser positiva e requerer a esta CPI que oriente o Governo do Estado a implantar um presídio industrial, a modo que implantou em Joinville, que está dando resultado, onde há respeito, silêncio, crescimento e mudança no que significa ser preso. Onde o resultado em 2 anos é zero fuga e zero reincidência.



Então, esse é o meu pedido, para crescer e não apontar falhas. Falhas já foram apontadas e serão por todos. Então, passo à mão da Presidência, agora, uma cópia do que foi me passado pelos presos, onde consta todas as mazelas existentes nos nossos presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI recebe os documentos.

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - E pedir realmente que haja essa conotação dessa implantação, porque eu tenho certeza de que, dentro de 1 ano ou 2 anos, não haverá necessidade desta CPI continuar existindo se ela efetiva e eficazmente fizer o seu trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos.

Indago ao Sr. Relator se quer fazer alguma pergunta.

Antes, Relator, eu quero registrar a presença do Deputado Walter Rabello e do Deputado Guilherme Maluf conosco, membros da Assembléia Legislativa deste Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar à representante da OAB se a OAB tem alguma sugestão, inclusive, que possa ser aproveitada, em matéria legislativa, para esse sistema.

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Olha, como eu disse ao senhor, eu só entendo o ser humano e entendo quando é um representado pelo triângulo que é as suas bases e o seu vértice, ou seja, a trilogia trabalho, disciplina e educação. E essa é a maior e melhor observação que a OAB pode fazer, porque a gente tem batalhado muito para isso, de que seja obrigatório o trabalho a todos os presos e a educação, porque as pessoas que estão lá dentro não tiveram... a sua grande maioria é analfabeta e não tiveram essa condição de nem sequer saber escrever o seu nome direito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Comissão de Direitos Humanos faz visitas periódicas aos estabelecimentos? Se faz, se a senhora tem e se a OAB tem algum relatório dos principais problemas encontrados.

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Fizemos e encaminhamos para o Conselho Nacional de Justiça, para o Sr. Governador e para o novo



Secretário de Justiça todos os fatos que nós percebemos, o que foi entregue agora, porque os presos acabaram nos passando esse relatório, e eu sou extremamente atuante. Os presos estão em contado comigo diuturnamente e às vezes noturnamente. Porque toda a ameaça de...

Também atuo no gerenciamento de crise. E sou, nessa parte, muito respeitada pela comunidade prisional, por atuar e manter a palavra nas situações de rebelião. Então, quero dizer para o senhor que eu conheço presídio, eu conheço os presídios de Mato Grosso, porque, em uma situação de crise, a primeira pessoa que entra sou eu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais são as queixas principais que a senhora ouve e recebe dos presos?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - O pedido mais sério é o respeito, a educação e o trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto à senhora, na visão da OAB. Nós já visitamos — um caso particular aqui —, a grande maioria dos presos não trabalham.

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os que trabalham estão exercendo funções que depois não têm nenhuma utilidade no mercado. Artesanato, que não tem mercado, fazer bola, e muitos trabalham de forma administrativa. Em muitos casos, como ontem, em Mato Grosso do Sul, o Estado está se aproveitando da mão-de-obra do preso em construção do estabelecimento. Só serve para remissão.

Na visão da OAB, quais são as dificuldades que o Estado tem, que não oferece trabalho nem educação para os presos?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Eu acredito que seja toda uma questão de ordem, porque se fizer um contato com as empresas, a molde desse presídio industrial, então o particular, montando os seus *kits* dentro do presídio — porque o Pascoal Ramos é imenso, cabe ali a montagem de módulos de trabalho —, como está sendo feito pela Tigre, pela Schultz, pela Buzcar, pela Ciser, na montagem de *kits*, onde a empresa prepara a mão-de-obra, ensina e possivelmente já está também preparando um futuro empregado fora dali.



Nós encaminhamos, então, também esse trabalho todo que nós trouxemos para o Secretário, o Sr. Governador para tentar fazer e implantar nos presídios daqui um presídio industrial, onde, quando o preso sair, ele possa sair habilitado para alguma coisa. Porque os nossos presos hoje saem de dentro do presídio absolutamente miseráveis. Eles não têm dinheiro nem mesmo para ir para casa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos advogados hoje estão inscritos na OAB de Mato Grosso?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Tem cerca de 9 mil, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos respondem processos por tentativa de prática irregular no sistema prisional, contribuindo com a entrada de celular, de drogas e outras...

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Não é muito grande, não. É bem pouco.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos? Uns 50?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Menos. Eu acredito que uns 10, 12. Por aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Algum advogado já foi punido?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Sim. Há suspensão. Dentro do nosso ordenamento, ele sofre as suas punições.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora se lembra qual foi o tipo de ato infracional praticado pelos advogados?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Já houve uma série de denúncias, mas que eu me recorde, não. Realmente, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator, só para tirar uma dúvida. Dessas punições, dentro do ordenamento da OAB, alguém já foi expulso, cassada a carteira, cassado o registro?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Não. Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há algum advogado que teve representação por parte de presos de ter recebido honorários e ter abandonado a causa?



A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Tem sim. Inúmeros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Muitos?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Inúmeros. É muito grande.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esses processos tramitam em segredo?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Tramitam dentro da OAB.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer que a CPI oficiasse a OAB — e já estendo a todo o Brasil — que a OAB pudesse remeter, preservado o sigilo, todos os processos envolvendo advogados ou por receber honorários, abandonar a causa ou por participação em ato ilícito no sistema penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esta Presidência acata a solicitação e determina à Secretaria da Comissão que possa oficializar a OAB do Estado do Mato Grosso, assim como as demais regionais da OAB dos demais Estados, para que possam enviar a esta Comissão a relação de todos os advogados que estão respondendo processo administrativo ou interno da OAB por abandonar a causa após receber os honorários.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu perguntaria à depoente se a senhora tem números de quantos advogados funcionam como dativos. E se a senhora tiver números, se esses advogados recebem algum honorário.

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Eu acredito que eu seja a pessoa que mais funcionou dativamente dentro deste Estado. E sei que todos os meus colegas também funcionaram como tal. Porque eu entrei dentro desses presídios, resolvi fazer um levantamento e solicitar para todos, todos os benefícios que pudessem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para lembrar, que a Assessoria pudesse anotar, a Comissão final transformar em projeto de lei, transformando em execução sumária os honorários estabelecidos pelo juiz para os defensores dativos. Nós reconhecemos que os advogados prestam serviço público, os Estados não têm defensoria, os advogados acabam trabalhando de graça, o Estado quando o juiz fixa os honorários não pagam, utilizam todos os instrumentos. Portanto, eu acho conveniente que a Comissão possa, talvez, apresentar um projeto



para ser execução direta nesses honorários. Só para a assessoria anotar, de tal forma que a gente possa apreciar da legalidade, constitucionalidade ou não dessa medida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esta Presidência acata a solicitação e determina à Secretaria as devidas providências.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu lhe agradeço. Da minha parte eu estou satisfeito.

Eu perguntaria se tem algum advogado também ameaçado de morte, se tem algum advogado envolvido com alguma organização criminosa, ameaçado de morte no exercício da sua profissão, ou assassinados?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Já houve assassinados uns 5 ou 6.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Cinco ou seis?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em qual período?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Nesses últimos 3 ou 4 anos. Inclusive uma, muito recentemente, foi assassinada dentro do escritório, porque estava fazendo uma separação. Mas não era ela a advogada. Ela estava no escritório, era outra pessoa, e o marido da senhora que tinha pedido a separação entrou e atirou nela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora pode informar o resultado desses processos? Algum já foi julgado?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Estava marcado júri, mas ele não ocorreu, há questão de 15 dias. Foi remarcado para, agora, dia 10.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há algum executante ou mandante preso em decorrência desse...

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Sim, está preso, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Era 1 só.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, em relação aos 5 ou 6?



A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Ah, os outros, não. Da advogada de Alta Floresta não foram presos ainda porque lá é uma região muito ampla e houve fuga na hora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem notícia de alguma irregularidade, nessas visitas que a senhora faz e dos relatórios, a senhora tem notícia de alguma denúncia de desvio de recursos públicos? Isso também já para avançar: há alguma denúncia envolvendo juiz, promotor, juiz que dá sentença para liberar determinados presos, facilita para uns em relação a outros?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Eu gostaria de deixar claro aqui que eu tenho o maior orgulho de trabalhar com a área criminal no Mato Grosso e que na minha caminhada, são 24 anos aqui, nunca encontrei ninguém que fosse desleal sob qualquer forma. Então, quanto a sua pergunta, é negativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não há nenhum *habeas corpus* concedido na altas instâncias para alguma figura importante, alguma pessoa envolvida com tráfico?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Houve, mas já foi denunciado. Estaria relacionado mais à região de Rondonópolis, de.... não aqui dentro da área de Cuiabá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A denúncia envolveu o que e quem?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Parece-me que a liberação de um indivíduo chamado Leonardo, de Goiás, e que tinha ramificação com algumas pessoas aí do interior do Mato Grosso. Eu me lembro mais ou menos Pé na Cova, esses nomes assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pé na Cova?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - É. Desse grupo. E que essas pessoas teriam pago uma fortuna para serem liberadas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa fortuna representava quanto?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Não, não tenho. Sabe, me falaram, eu achei assim um valor absurdo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando foi esse valor?



A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Seria 1 milhão, 2 milhões, uma coisa assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dois milhões de reais?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Mais ou menos isso daí. Então... Mas fora isso não mais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso foi divulgado na imprensa?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Foi, isso daí foi amplamente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi o período?

A SRA. BETSEY POLISCHUK DE MIRANDA - Não me recordo o período, mas foi amplamente divulgado sim, porque envolvia aquele narcotraficante, Leonardo, salvo engano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Dra. Betsey Miranda pela sua participação conosco aqui nesta audiência.

Eu concedo a palavra agora ao Deputado Walter Rabello, não, Deputado Guilherme Maluf, Deputado Estadual que quer usar a palavra e entregar um documento também à CPI.

O SR. GUILHERME MALUF - Boa-tarde a todos. Sr. Presidente Neucimar Fraga, Sr. Relator, Domingos Dutra; Deputado Valtenir Pereira, membro também desta CPI, todas autoridades aqui presentes, eu quero passar a vossa mão, Sr. Presidente, um relatório do Deputado Walter Rabello, que, infelizmente, teve que se ausentar, mas um relatório sobre a condição do sistema penitenciário de Mato Grosso. E assumo com esse relatório também, conjuntamente, da Comissão de Segurança desta Casa, da qual fazemos parte.

Gostaríamos também, Sr. Presidente, de defender, aqui em Mato Grosso, isso numa forma pessoal minha, a instalação de um presídio federal no nosso Estado, uma vez que nosso Estado apresenta uma grande área de fronteira, o que propicia grandes ações no sentido de tráfico de drogas, enfim, seria uma forma de nós estarmos diminuindo essa pressão, principalmente a existente no nosso sistema carcerário, com os elementos de alta periculosidade, que estão sendo envolvidos com o tráfico de drogas. Então, gostaria de registrar a nossa solicitação pessoal a esta CPI. Se for possível um estudo dessa possibilidade, nós agradecemos.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Deputado Guilherme Maluf.

A CPI, além de diagnosticar, investigar o sistema carcerário do Brasil, também quer ser parceira dos Estados nessas cobranças ao DEPEN e ao Ministério da Justiça.

Queremos reiterar aqui, Deputado Guilherme Maluf, que, pela manhã, algumas autoridades locais também já haviam feito essa solicitação à CPI. Nós achamos que é prudente, tendo em vista que boa parte da população carcerária desse Estado é oriunda dos arts. 12 e 33, relacionados ao tráfico de drogas. Nós sabemos que as fronteiras desses Estados, principalmente dessa região aqui, é uma porta aberta para entrada de drogas e armas no território brasileiro. Portanto, nós vamos levar essa reivindicação ao Governo Federal, que até bem pouco tempo estava com dificuldade de encontrar Estado para instalar 1 presídio federal.

O Governo Federal, desde 2003, anunciou a construção de 5 presídios e até hoje só conseguiu inaugurar 2, e havia 2 presídios sobrando — sobrando! — porque os Estados não queriam presídios federais. Inclusive o meu Estado, Espírito Santo, era para receber 1, foi contemplado, mas a população de algumas cidades escolhidas fez manifestação contra a instalação de um presídio. Aliás, aterro sanitário, ponto de ônibus, quebra-molas e presídio todo mundo sabe que precisa, mas todo mundo quer longe da sua casa. Mato Grosso querendo, tenho certeza de que vai solucionar um problema do Brasil e do Ministério da Justiça.

Eu concedo a palavra agora ao representante da Defensoria Pública, Marcos Rondon Silva, Defensor Público da Vara de Execuções Penais, para fazer uso da palavra e também ser interpelado por algum dos Parlamentares que assim desejarem fazer.

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Sr. Presidente desta CPI, Deputado Neucimar Fraga; Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra; Deputado Federal Valtenir Pereira, nosso colega defensor público, demais autoridades presentes, Sr. Presidente, eu gostaria de começar a usar este tempo para dizer do percurso da Defensoria Pública na execução penal até aqui, desde a sua instalação, em fevereiro de 99, até esta data.



Primeiro lugar, eu gostaria de dizer que é a nossa convicção de que não há Messias nem messianismo em execução penal. Não há uma instituição que dará jeito sozinha nisso, porque é de conhecimento notório que essa é uma situação que vem rolando há décadas, há séculos neste País. E todas as instituições devem fazer um *mea culpa* nessa questão do sistema prisional. E algumas instituições que estão aí bem antes devem fazer um *mea maxima culpa*. São convicções que estão presentes nas nossas mentes e corações.

A perplexidade com que nós nos vimos imersos na execução penal, desde a instalação da Defensoria Pública, nos fez traçar algumas diretrizes que a gente tinha que ter de atuação. Aí, com toda a deficiência da Defensoria Pública do Mato Grosso, não é diferente da Defensoria Pública de outros Estados da Federação. Uma das coisas que nós descobrimos é que o sistema prisional precisaria de um processo de gestão do conhecimento.

O tratamento das informações é que as informações fossem seguras, e nós nos vimos na contingência de começarmos a fazer esse processo de gestão do conhecimento. Vou falar disso já adiante. Mas o sistema prisional hoje, nos dados que recebi no *e-mail* de um funcionário do sistema prisional: 9.315 reeducandos; 62 unidades prisionais; 4.662 são provisórios; 2.602 no fechado; 1.185 no semi-aberto; 114 no aberto; 46 em medida de segurança. Temos 9.315 reeducandos para 4.827 vagas, segundo essa informação que é do sistema prisional, que recebi hoje no *e-mail*. Temos 92,97% de superlotação.

Esses dados de superlotação são repetidos à exaustão. Todos conhecem. Estou fazendo uma breve remissão a eles para considerar a Defensoria Pública em Cuiabá e Várzea Grande. Por exemplo: Pascoal Ramos, hoje, 1.320 reeducandos; CRC/Carumbé, 808 reeducandos; Cadeia Pública de Várzea Grande, 318 reeducandos. Dados de hoje. Antes de agosto de 2007, tínhamos 1 defensor público, 1 defensora pública, a Dra. Daniele, para cuidar de, se fossem números de hoje, 2.120 reeducandos. Isso é virtualmente impossível. Temos de pensar que o defensor, que deve visitar, sim, a unidade prisional, tem os processos nos quais ele vai falar, ele está atendendo ao familiar do preso. É uma carga enorme de demanda sobre o defensor público. É virtualmente impossível se atender isso aqui.



Na Cadeia Pública de Várzea Grande, tínhamos, antes de agosto de 2007, 318 reeducandos para 1 defensor, e não tínhamos um núcleo especializado em execução penal. Agora, a partir de janeiro de 2007, foi diretriz da nova administração da Defensoria Pública que assumiu nesse período que nós estruturássemos um núcleo especializado nesse assunto, especializado na execução penal. Eu fui convidado para coordenar esse núcleo.

Então, após agosto de 2007, temos aí, para 1.320 reeducandos do Pascoal Ramos, 3 defensores que iniciaram a primeira visita — está aqui o Diretor José Carlos — na segunda-feira. Para os 808 reeducandos, teremos 1 defensor semanalmente, iniciou a primeira visita nesta quarta-feira. Agora temos um núcleo especializado trabalhando com execução penal.

Agora, eu quero dizer o seguinte: apesar de nós termos esse núcleo especializado, todos os defensores — e 2 desses meus companheiros estão aqui, o Dr. André Rossignolo e o Dr. Márcio (*ininteligível*) —, todos nós acumulamos outras funções. Por exemplo, o Dr. André trabalha comigo nesse núcleo, é Coordenador do Núcleo de Direitos Coletivos, e eu trabalho nos Direitos Coletivos. Trabalhamos com ação civil pública, que é uma nova demanda da Defensoria Pública, é uma nova competência de uma lei recente. Aliás, nós até atuamos no sistema prisional, porque constatamos que na Cadeia Pública de Várzea Grande as pessoas vinham para os 2 dias de visita, andavam 3, 4 quilômetros a pé, velho, criança. Fizemos um Termo de Ajustamento de Conduta com a SMPU de Várzea Grande, que é uma empresa que presta serviços, e colocamos aquela empresa para trazer as pessoas até a porta do sistema prisional. Estou querendo dizer com isso que todos nós, que estamos trabalhando com execução penal nesse núcleo que existe a partir de janeiro 2007, acumulamos outras funções também. O que estamos procurando fazer com esse núcleo especializado em execução penal? Elaboramos um programa, chamado Programa de Assistência ao Segregado. Esse programa foi agora premiado com o Inovare. Foi reconhecido que esse programa tem excelência no que diz respeito ao atendimento jurídico. Isso foi possível graças a um termo de cooperação técnica com a SEJUSP. A gente vinha negociando isso desde janeiro, e que dificuldade para instalarmos uma estrutura mínima dentro da unidade prisional. Partimos da lógica de



que a Defensoria tem que ter uma sala instalada dentro da unidade prisional, porque ela precisa começar a fazer parte do dia-a-dia da unidade prisional.

Também queremos inverter uma lógica, que é a seguinte: nós não queremos partir do juiz da execução penal, que é importante e que presta um serviço que nós estamos querendo oferecer aos presos, nem do cartório. Nós queremos inverter essa lógica e partir de dentro da unidade prisional do preso, da direção da unidade prisional e da família do preso, e estamos procurando parcerias para isso, parceria com a SEJUSP no termo de cooperação técnica, convênio com o DEPEN, que conseguimos agora. E vamos ampliar bastante esse atendimento, que vai nos tornar possível chegar de uma maneira que nós ainda não havíamos conseguido chegar ao Pascoal Ramos e ao Carumbé, porque, como disse, havia uma Defensora Pública para atender mais de 2 mil presos. Isso é virtualmente impossível, com as outras obrigações que ela tinha.

Agora, o que nós estamos fazendo com esse programa? Nós, na Defensoria Pública e Execução Penal, não acreditamos em mutirão. Mutirão é cosmética penitenciária; mutirão é maquiagem; mutirão frustra o preso; mutirão brinca com o preso. O que é que nós estamos estruturando na Defensoria Pública e, diga-se, com toda a dificuldade que nós temos? Um atendimento ao preso, que é contínuo. E começamos um protótipo disso na Cadeia Pública de Várzea Grande, ampliamos agora para o Pascoal Ramos e para o Carumbé — trata-se de uma iniciativa que foi premiada em nível nacional —, a partir de bases instaladas dentro das unidades prisionais.

Os senhores devem ter recebido a notícia do Diretor José Carlos de que a Defensoria Pública tem uma sala lá dentro, que nós atuamos através desse programa. Ele é todo gerenciado via Internet, ele é todo relatado, ele é todo cheio de estatísticas de atividades e resultados; ele parte de uma metodologia gerencial uniforme, busca excelência. Mais do que isso: trata-se de um método replicável para qualquer outra unidade prisional. Por quê? Porque nós começamos uma unidade prisional de médio porte no Mato Grosso porque a gente não poderia entrar de cara no Pascoal com esse programa porque os erros e acertos, que são próprios de um protótipo, nós não poderíamos cometer esses erros numa unidade prisional de grande porte como a Pascoal Ramos.



Portanto, começamos na Cadeia Pública de Várzea Grande. Esse Programa de Assistência ao Segregado foi testado, deu certo, foi premiado e agora está sendo ampliado para o Pascoal Ramos e o Carumbé, o CRC. Algo bastante interessante que nós concebemos nesse programa é a identificação de anomalias. Tenham os senhores certeza de que cada um dos 110 presos que nós atendemos na Cadeia Pública de Várzea Grande estão continuando sendo atendidos pela Dra. Tânia hoje, lá. Em cada um dos processos nós sabemos por que aquele processo atrasou, qual o impacto disso nos dias a mais de prisão, quanto tempo a mais de prisão essa pessoa ficou na unidade prisional, em razão dessas anomalias de qualquer ordem. Esse Programa de Assistência ao Segregado parte, então, da implantação de programa. O PAS — Programa de Assistência ao Segregado é um desses programas. Estamos articulando com o sistema prisional um atendimento direto na Casa do Albergado. Nós queremos colocar... E isso já está formalizado, projeto enviado, está dentro da SEJUSP. Nós queremos colocar 1 defensor lá dentro para atender o albergado diretamente, sem precisar o parente ir fazer aquela romaria à Defensoria Pública. Se for necessário que o defensor vá à noite, ele irá à noite. E o defensor que trabalha no semi-aberto está disposto a ir à noite. Aliás, ontem à noite, estava na Casa do Albergado tratando desse assunto. Algo mais sobre esse programa que eu faria questão de dizer é que esse Programa de Assistência ao Segregado, ele parte da clientelização do preso. Como eu disse, nós não cremos em mutirão. O preso precisa se tornar o nosso cliente. Nós o estamos clientelizando com esse programa.

Eu queria também fazer menção ao método que nós utilizamos. Como não se trata de mutirão, como a figura central para a gente é o diretor da unidade prisional, a gente pega a lista de todos os presos que estão ali, uma equipe que trabalha durante a semana, da qual eu faço parte, os colegas fazem parte, os colegas citados aqui, estagiários fazem parte, levantam a situação do preso, alimenta essa base digital que é toda gerenciada via Internet, formata um atendimento para o preso e só peticiona o que tiver que peticionar. E só então é que essa equipe se desloca e vai falar com o preso. Há um diferencial nisso, porque, no primeiro contato — eu estou dizendo dentro desse programa —, no primeiro contato que o preso tem com a gente, nós sabemos quem ele é, onde ele tem processo, qual a situação processual.



Peticionamos tudo o que há em seu favor, entregamos uma cópia da petição na mão dele e deixamos a documentação toda desse trabalho da Defensoria dentro do prontuário. Por quê? Porque nós precisamos desconstituir alguns argumentos que são levantados e são falaciosos. Por exemplo, o preso pode chegar, um tempo depois, e dizer: “Nunca fui atendido pela Defensoria Pública”, por exemplo. Na Cadeia Pública de Várzea Grande, os 110 atendidos até agora nós temos. Todos os dias em que eles foram atendidos, há uma declaração dele de que foi atendido, de que recebeu tal e tal informação; o diretor da unidade prisional, ao fim dessa visita, recebe toda a documentação que espelha esse atendimento, e a gente pede que ele coloque no prontuário.

Portanto, o diretor sabe quando ele foi atendido, para o que foi atendido, o que a Defensoria Pública fez. Não há como, dentro desse programa, um preso dizer que não foi atendido, porque, se ele foi de fato, tem toda a documentação correspondente a esse programa. No retorno dessas visitas — e aí é a grande diferença entre isso e o mutirão —, essa equipe continua realizando um seguimento, realizando o *follow-up*. Quer dizer, uma vez que o preso entra nesse sistema, ele se torna cliente nosso nesse sistema. A gente só o deixa quando ele sai do fechado, porque esse programa trata do regime fechado.

Aí, eu gostaria de passar alguns dados que para nós são extremamente reveladores que são da Cadeia Pública de Várzea Grande, e podemos dizer que eles certamente se repetem em todo o sistema prisional do Mato Grosso, e poderemos comprovar isso quando os atendimentos no Pascoal Ramos e no Carumbé forem acontecendo. Até dezembro de 2008, deste ano, nós vamos ter um outro relatório dessa natureza. Eu quero dar dados obtidos na Cadeia Pública de Várzea Grande, sendo que a primeira visita foi 15 de agosto de 2007, e esses dados que estou dando são de 20 de dezembro de 2007. Desses relatórios: atendemos 300; 110 dos 300 presos ali, 36,6%; em 70,9% dos processos desses presos havia anomalia, alguma coisa errada, alguma coisa que não andou bem e que resultou em atraso processual. Apesar de se tratar de uma cadeia pública, nós constatamos que apenas 3,7% dos presos ali são de fato provisórios. Entenda-se por provisório preso que só tem um processo de conhecimento em andamento, que não tem condenação



nenhuma. Porque todos diziam: ali tem tantos por cento de provisórios; ali tem tantos por cento de condenados.

Nós comprovamos que, desta amostra nossa aqui, só 3,7% são de fato provisórios, o que é uma anomalia e é uma distorção muito grande; 53,6% deles com pelo menos uma condenação ou outros processos ainda em andamento; 42,7% condenados sem outros processos em andamento; 96,3%, portanto, têm processos de conhecimento junto com condenação. Não se pode dizer que se trata de um preso provisório. E cadeia pública, todos sabemos, é para abrigar presos provisórios. Desses 110 presos que nós atendemos, até 20 de dezembro de 2007, 26 foram beneficiados com alguma medida de semiliberdade ou liberdade. Portanto, 23,6% deles foram beneficiados com a nossa presença ali, de agosto a dezembro; 46 nós constatamos dos 110 que estavam indevidamente no fechado — 41,8%. Somando os dias a mais indevidamente no fechado, só na Cadeia Pública de Várzea Grande, que tem 300 presos, com uma amostra de 110 presos, nós somamos, em 20 de dezembro de 2007, 11.241 dias de prisão a mais no fechado, indevidamente. O custo disso para os cofres públicos. Como é que nós chegamos a esse número? Pelos dados da Secretaria Nacional de Justiça. Eu não sei se esse órgão continua existindo ainda no âmbito do Ministério da Justiça, mas é um dado oficial. Um preso custa, no Brasil, em média, mil e 200 reais.

A partir desses dados, esses 11.241 dias a mais indevidos no fechado custaram aos cofres públicos de Mato Grosso 449.640 reais. Então, nós estamos levantando o quê? O passivo da unidade prisional. Era uma coisa que não se fazia. E nós conseguimos comprovar preso por preso, processo por processo desses atendidos, esses números que nós estamos dando a esta Comissão. Um dado interessante também que nós levantamos ali: a Lei nº 10.713, de 2003...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Doutor, só para tirar uma dúvida e aproveitar também para fazer algumas perguntas, que, de repente, a gente consegue fazer uma interlocução mais apropriada.

Desses dias a mais, o senhor se referiu a cada dia a mais no regime fechado?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Indevidamente, no fechado. São presos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se eles não estivessem no fechado, eles estariam onde?



O SR. MARCOS RONDON SILVA - Estariam no semi-aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E no semi-aberto o custo é diferente do fechado?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Essa é uma pergunta que eu presumia que fosse ser levantada, porque eu não consegui um dado oficial no Mato Grosso que me dê o custo do preso no semi-aberto. Portanto, eu estou trabalhando só com o custo do preso no fechado, porque não tenho um dado oficial — se alguém tiver pode até se manifestar. Eu não encontrei um dado oficial do custo do preso no semi-aberto.

Agora, eu estou partindo da premissa que semi-aberto nesse Estado, na verdade, funciona como aberto, porque o preso, como nós não temos colônia agrícola, industrial ou coisa dessa natureza, como levantado pela Dra. Betsey, o preso, na prática, cumpre a pena como se fosse no aberto. Ele passa o dia todo livre; se recolhe às 19 horas e sai às 6 da manhã do dia seguinte. Então, mesmo não havendo dados oficiais, o custo dele vai ser o quê? De um pouso ali. Então, eu estou trabalhando com esse dado cheio de 1.200 reais no fechado, em razão disso, porque não tenho os dados do semi-aberto. Pelo menos dados oficiais, não. Então, somando-se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E mesmo também um preso no aberto, durante o dia, em casa ou no trabalho, e à noite indo dormir na cadeia, sabemos que o custo quase não muda nada, é praticamente o mesmo; porque não muda o número de agentes no presídio por turno porque o preso está em casa, ou está no trabalho, ou está dentro do presídio. E nós sabemos que normalmente o custo do agente e o custo do policiamento é o custo que mais agrega na soma da planilha dos custos do preso no Brasil, muito embora alguns agentes ganhem bem pouco. Mas sabemos que esse também é um problema. Por isso a CPI também é a favor da utilização do monitoramento eletrônico dos presos do semi-aberto ou também do chamado preso albergado.

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Sr. Presidente, um dado interessante que nós constatamos também, e que eu estava por dizer, é o seguinte. A Lei n° 10.703 — e esta lei é de 2003 — inseriu no rol de direitos do preso um documento chamado Atestado Anual de Pena a Cumprir. Trata-se de um documento firmado por uma



autoridade judiciária que diga respeito ao preso. E como a todo direito corresponde uma obrigação, essa lei também inseriu entre a competência do magistrado, no art. 66 da LEP, emitir o Atestado Anual de Pena a Cumprir. Esta questão está regulamentada inclusive pelo Conselho Nacional de Justiça, se não me falha a memória, através da Resolução nº 29, de fevereiro de 2007. Pois bem. Esses presos que nós atendemos... Porque nós fazemos uma visita prévia antes de passarmos a informação processual. E uma pergunta que fazemos sempre é: *“você já recebeu do Judiciário um documento assim, assim, assim, que é o Atestado Anual de Pena a Cumprir?”* Cem por cento dos presos não receberam. Aí estou me referindo — quero fazer muita justiça — à Cadeia Pública de Várzea Grande. Vários desses presos têm processos na 5ª Vara Criminal de Várzea Grande, tanto que ingressamos com o pedido de providências recentemente, para que o juiz nos diga — porque em todos nós pedimos o Atestado Anual de Pena a Cumprir —, para que o juiz titular dessa Vara nos responda se ele já atendeu, ou, se não atendeu, em que estágio está, porque nós temos que levar essa questão para frente. Porque receber o Atestado Anual de Pena a Cumprir é direito do preso. E todo diretor de unidade prisional que está aqui sabe que, se o preso recebesse nas mãos um documento dizendo *“você tem tanto de pena para cumprir, já cumpriu tanto, um sexto é em tal data, dois terços em tal data, todas as frações hoje previstas pela lei”*, a temperatura no sistema prisional baixaria muito. Agora, eu devo compreender também que, hoje, na prática, seria muito difícil emitir esse Atestado Anual de Pena a Cumprir pelas características do sistema prisional, pelas características do gerenciamento mesmo dos processos. E aí eu gostaria de usar até este *link* para dizer isso que abordei em último lugar, que é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Marcos Rondon, vamos dar mais 3 minutos para o senhor concluir, porque precisamos fazer algumas perguntas. De repente, algumas explicações serão incluídas nos questionamentos que serão feitos pelos Parlamentares. Ok?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Estou concluindo, Sr. Presidente. Concluo em 1 minuto, com certeza. Algo desse programa que a gente está fazendo é que nós estamos constatando, registrando as anomalias em todos os processos relativos a esses presos que nós estamos atendendo. E, entre as anomalias mais



freqüentes que nós encontramos está, por exemplo, a sentença prolatada sem guia de execução. A sentença é prolatada sem que se emita a guia de execução — isto é uma irregularidade; tem que se emitir a guia de execução. Há nas normas da Corregedoria do Poder Judiciário um comando dizendo que, nessas circunstâncias, o magistrado deve emitir essa guia. Mas, em muitos casos, essa guia não é emitida. Ou não é emitida ou há uma demora para a expedição. Isso causa uma demora na formação do Processo Executivo de Pena.

Outra anomalia bastante freqüente que nós encontramos é o preso numa unidade prisional com o PEP — Processo Executivo de Pena, pulverizado no Estado de Mato Grosso, todo. Um preso na Cadeia Pública de Várzea Grande, mas com Processo Executivo de Pena no interior: até esse processo chegar aqui, para ser juntado com outro, para somar a pena, leva um tempo. E a gente tem catalogado esse tempo. Tudo isso tem reflexos negativos, tudo isso faz com que o preso permaneça mais no sistema, no regime fechado, por exemplo. Tem uma série de outras anomalias que nós encontramos aqui, Sr. Presidente, mais freqüentes. E há algo que eu até repassaria às mãos da Presidência da CPI.

Em dezembro de 2007, nós fizemos um relatório destinado à Sra. Defensora Pública-Geral, a respeito da nossa atuação. Se for interesse da CPI, repasso às mãos da CPI esse documento.

Queria finalizar, registrando o seguinte. Em muitos casos de demora processual, em todos os que nós encontramos, em que o preso já deveria estar no semi-aberto, ou com livramento condicional, ou em regime de liberdade, ou em sistema de liberdade, qualquer que seja a sua natureza, nós ingressamos até dezembro de 2007 com *habeas-corporis* no Tribunal de Justiça. Só *habeas-corporis* por causa de excesso de prazo na decisão de um pedido de progressão já feito, nós ingressamos com 26.

Eu quero dizer o seguinte, finalizando mesmo: há muito o que fazer e, como eu disse, todas as instituições têm que fazer um *mea culpa*, e algumas têm de fazer um *mea maxima culpa*. Agora, o que nós podemos dizer é que, de janeiro de 2007 para cá, temos procurado trabalhar com excelência gerencial inclusive. Estamos avançando nessa direção, e sabemos dos problemas que tem. E eu quero fazer bastante justiça a essa administração do Tribunal, administração de agora, e à juíza



que atualmente atua na área de execuções penais, a Dra. Selma, com quem nós temos mantido algum contato, que tem feito um trabalho hercúleo na direção de sanar essas irregularidades. Mas, como eu disse no começo — e finalizo —, todos precisamos trabalhar conectados, uns utilizando as informações dos outros. Porque só quando todos trabalharmos com excelência, aí é que nós iremos, ao longo dos anos, desbastando essas questões todas do sistema prisional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Marcos Rondon.

Quero fazer algumas perguntas.

Dr. Marcos, hoje seriam necessários quantos defensores para realizar um trabalho de acompanhamento, principalmente da população carcerária do Estado de Mato Grosso? Quantos tem e quantos mais deveriam ser contratados para atender a essa demanda?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Nós somos 118 defensores públicos, hoje. E a pergunta de V.Exa. já me faz pensar num comparativo: enquanto temos 118 defensores públicos, 118 membros na Defensoria Pública, nós temos 176 membros no Ministério Público, 257 membros no Poder Judiciário. Aí já se vê a disparidade no número de defensores públicos com a Promotoria e com relação ao Poder Judiciário. Nós teríamos que, no mínimo, começar a equalizar esse número. E aí nós temos que pensar também que o defensor público que atua hoje na Execução Penal é o defensor; 1 *notebook* e 1 estagiário. Não temos aparato nenhum mais, além disso, para trabalhar. Então, de saída, no mínimo, nós tínhamos que igualar o número de defensores públicos com o número de magistrados, ou com o número de promotores, porque também há uma disparidade entre promotores e magistrados. Porque essa é até uma questão de justiça; isso aí é até uma questão de paridade de armas, que é uma cláusula constitucional, inclusive. A ampla defesa requer paridade de armas. Você não pode ter de um lado a acusação — e é dever institucional do Ministério Público fazer isso —, ou seja, de um lado uma instituição com muito mais membros, muito mais fortalecida em termos orçamentários, denunciando, e, de outro, fazendo a defesa, uma instituição com menos membros, com uma realidade orçamentária diferente. Porque assim você está dando uma espada a *laser* para a acusação e você está dando uma espada medieval para a defesa. E isso já constitui,



de saída, injustiça com relação àquele que está sendo processado no processo penal. E isso vai se refletir na execução penal também. Então, eu diria que, de saída, nós precisaríamos dessa equalização de número de membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um defensor público no Estado do Mato Grosso?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - O subsídio do... Não tenho os dados, Excelência, com relação a quem ingressa hoje na Defensoria Pública. Mas o subsídio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o piso e qual é o teto?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - O subsídio de um defensor público hoje em entrância especial, que é o meu caso, é de 9 mil reais. O subsídio de quem está entrando hoje na Defensoria Pública é 6 mil e alguma coisa. Eu não tenho esses dados corretos agora para repassar para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o número de defensores de que a Defensoria dispõe, com o projeto que está sendo desenvolvido, esse que foi experimental em Várzea Grande? Para se atender toda a população carcerária no Estado, quando tempo o senhor acha que vai levar para que todos esses presos tenham o diagnóstico da sua situação penal?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Nós temos aí 9.315 reeducandos — dados do sistema prisional. Em todo o sistema prisional, nós temos 2.602, no fechado. É um número difícil de traçar agora e afiançar esse número. Mas eu calculo que, se nós tivéssemos hoje uma equipe na Defensoria Pública trabalhando nos moldes desse programa, se tivéssemos 20 defensores públicos para trabalharem no sistema prisional do Estado de Mato Grosso, com dedicação integral, fazendo só isso... Como eu disse, todos que estão trabalhando no Núcleo Especializado em Execução Penal, hoje, acumulam outras funções. Se tivéssemos 20 defensores dedicados a isso, a gente faria um trabalho bem melhor em todo o sistema prisional de Mato Grosso. É um número que estipulo que seria ideal para trabalhar de maneira especializada nessa questão.

Agora, há um outro dado interessante, Deputado, que eu deixei de registrar. É que quando a gente trabalha de maneira gerencialmente organizada, o número de



demandas que a Defensoria vai mandar, o número de demandas que a Defensoria vai protocolizar dentro de uma Vara de Execução Penal vai crescer bastante. Aí eu estou trazendo um exemplo da 5ª Vara Criminal de Várzea Grande, onde nós temos trabalhado com a maioria desses dados aqui. A Defensoria Pública, atuando através desse programa, fez chover uma série de pedidos e, simplesmente, a Vara de Execução Penal não tem nem como processar isso. Há casos em que 1 mês depois o pedido de progressão de regime não estava juntado — e por quê? A informação que recebi é de maneira informal. Nós tínhamos lá 1 ou 2 servidoras — e a maioria é de estagiários. Quer dizer, se trabalhássemos, hoje, com carga plena, o número de petições, de pedidos que talvez chegassem lá não conseguiria ser processado na velocidade em que deveria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor falou que 20 daria para fazer um bom trabalho. Hoje, quantos trabalham efetivamente só nessa área?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Nessa área nós temos, no Núcleo Especializado em Execução Penal, eu, o Dr. André, o Dr. Márcio, Bruno, a Dra. Tânia. Somos 5 defensores que estão trabalhando com execução penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No Estado todo?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - No Estado todo, trabalhando nesse Núcleo Especializado. Quer dizer, se dedicando a essa questão, trabalhando dentro desse programa, com essa metodologia gerencial, com essas características. Todos os defensores que atuam no interior atuam em execução penal.

Agora, imagine V.Exa., um defensor numa cidade, como Cárceres, por exemplo, que tem uma cadeia pública com cerca de 300 presos. Eu imagino hoje, em Cárceres... Só que ele está respondendo por outras varas criminais e, de repente, ele está respondendo por uma área cível também. É impossível que ele visite a unidade prisional. Ele vai atuar no processo de execução penal, mas visitar unidade prisional é impossível para esse defensor público. Nós temos 5 defensores dedicados à execução penal, hoje, dentro desse programa, dentro dessa metodologia.



Quero frisar sempre: nós estamos acumulando outras funções. Enquanto estamos fazendo isso, nos ocupa também a ação civil pública e nos ocupa uma série de coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, dentro do quadro atual dos defensores, não tem como disponibilizar mais um grupo desse para fazer esse trabalho?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Eu não posso dizer com segurança a V.Exa. que haveria como retirar o defensor de alguma atuação para atuar nesse núcleo, porque aí nós iríamos cobrir um santo e descobrir outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje, nas visitas que fizemos, principalmente no presídio feminino, as detentas reclamam que vai um defensor, faz perguntas, levanta os dados e 2 meses depois volta outro lá e pergunta tudo de novo, porque já esqueceu: *“Qual o seu problema mesmo?”* Então é como se pegassem os dados, fizesse um trabalho, e, depois de 3, 4 meses, fosse outro lá e chegasse para a mesma detenta: *“Qual é o seu problema mesmo?”* A pessoa está pensando que ele está vindo com a resposta, mas ele não sabe nem qual é o problema e quer de novo colher informações. Por que isso acontece?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Presidente, essa é uma maneira já inculturada de se atuar em sistema prisional, com a qual nós estamos rompendo. Eu disse aqui, no começo: nós não cremos em mutirão. Esse Núcleo Especializado em Execução Penal, quando vai tratar com o preso, ele sabe quem é o preso, onde ele tem processo — já levantamos a situação. É diferente. Nós não vamos com uma fichinha para perguntar nome do preso e onde ele tem processo.

Ao primeiro contato, nós já sabemos quem ele é, onde ele tem processo, se ele tem direitos ou não, e, se tem direitos, ele já recebe uma cópia da petição relativa à postulação desses direitos. Com relação ao presídio, eu posso responder então, dentro dessa sistemática, a partir de janeiro de 2007, especificamente a partir de 15 de agosto de 2007, quando aconteceu a nossa primeira visita à unidade prisional protótipo desse programa, que é a Cadeia Pública de Várzea Grande.

Posso responder, como coordenador desse núcleo, a partir de agora, por Pascoal Ramos e Carumbé, a partir da primeira visita. Segunda-feira desta semana, no Pascoal Ramos; quarta-feira desta semana, no Carumbé.



Quanto ao presídio feminino, a diretora, que está presente aqui, a Dra. Lindinalva, sabe que iremos começar os atendimentos a partir de 25 de março de 2008. Dentro dessa sistemática, teremos pelo menos uma defensora, que é a Dra. Tânia Regina de Matos, atendendo semanalmente nessa sistemática.

A partir de então, por parte da Defensoria Pública, ninguém verá nenhum defensor indo apenas conversar com presas naquele lugar. Nós vamos prestar assistência jurídica, e ao primeiro contato já saberemos quem é, onde tem processo, o que nós já postulamos em favor delas. É isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, em homenagem ao Deputado Valtenir, passo a minha vez e me reservo o direito de perguntar ao final.

O SR. DEPUTADO VALTENIR LUIZ PEREIRA - Eu vou fazer uma consideração sobre o mutirão. Em 2001, quando eu era Corregedor da Defensoria, tive a oportunidade de colocar em prática um mutirão no Carumbé, que foi bastante produtivo e bastante proveitoso. Na ocasião, o Dr. Márcio Dorileu, a Dra. Raquel, minha esposa, e até mesmo o Dr. Marcos Rondon tiveram a oportunidade de contribuir com aquele mutirão. E foi exatamente um mutirão para levantar o nome do preso, ir à Vara de Execução Penal, levantar o seu processo, pegar “encarga” e ir até o parlatório do Carumbé, sentar com o preso e discutir a sua situação de execução penal ou até mesmo a de condição de preso provisório, expondo a ele as dificuldades processuais que ele estava vivendo naquele momento e até ajudando-o na construção da sua prova, na orientação.

Então eu vejo assim. Mutirão é importante; vai depender da metodologia que você adotar e também do comprometimento das pessoas que estão se colocando à disposição para fazer. Foi o que aconteceu.

Naquela ocasião, os mutirões deram certo, foram bastante proveitosos. Havia um alarde de que teria uma rebelião no Carumbé, que ela estava prestes a acontecer. Mas, depois que nós fizemos esse mutirão, a paz, a harmonia, a tranqüilidade lá dentro do presídio realmente se restabeleceram.

Então eu queria deixar esta contribuição, este registro e passar ao Relator a continuidade das perguntas, dos trabalhos, porque até mesmo na condição de



membro da Defensoria, hoje licenciado, é importante que o Relator dê continuidade às argumentações e à discussão da problemática.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Deputado Valtenir.

Primeiro, eu quero agradecer ao Dr. Marcos Rondon, parabenizá-lo pelo esforço da sua equipe, desse núcleo de 5 defensores que estão tentando encontrar uma saída para este problema, que é de todos nós. Eu pediria ao senhor — o senhor já mencionou que poderia encaminhar a nós — o relatório de atividades que o senhor mencionou e, se pudesse, o projeto piloto que o senhor está construindo para esse atendimento.

O Deputado Neucimar fez uma pergunta, que eu também tinha anotado, e o senhor não teve condições de responder, mas seria muito interessante que o senhor pudesse fazer uma projeção, considerando que está atendendo, por enquanto, 110, pelo que eu gravei. De trezentos e poucos presos, esse projeto está envolvendo apenas 110. Considerando que temos quase 9 mil presos e a grande maioria deles é pobre, é importante saber quanto tempo leva, quantas pessoas, entre procuradores e servidores, podem ser envolvidas e qual o custo disso, porque eu acho extremamente importante a sua contribuição.

Perguntaria ao senhor se o senhor tem informações sobre trabalhos semelhantes desse projeto piloto no País, principalmente sobre o cálculo de dias e o que representa financeiramente para a Nação o excesso de prazo dos presos em nosso País; se o senhor tem conhecimento de algum outro estudo semelhante.

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Excelência, antes de responder essa pergunta, eu gostaria de fazer um reparo: 110 atendidos até dezembro de 2007, mas esse atendimento continua, então esse número já é outro hoje. Inclusive, com relação ao número de dias a mais, eu tenho o relatório de hoje. Em lugar daquele número, nós já estamos aí com 13.876 dias, 555 mil reais na cadeia pública de Várzea Grande. Então, o número de presos vai-se avolumando com o tempo.

Para fazer uma projeção de quantos defensores seriam necessários, nós teríamos que ter esses relatórios numa amostra maior, que nós teremos agora, com certeza, com Pascoal e Carumbé. Aí a gente pode dizer, com segurança, em base numérica, quantos defensores seriam necessários para atender pelo menos os presos do fechado hoje no sistema prisional. Nós temos que considerar que os



números no sistema prisional mudam a todo momento. Esse número não será mais o mesmo amanhã e não será mais depois de amanhã.

Então é difícil fazer uma prospecção, em razão disso, hoje, mas, com certeza, até dezembro de 2008, nós teremos condição de apresentar uma proposta com relação a isso. Com relação a um programa semelhante no País, como o senhor me inquiriu, eu não tenho conhecimento. Procurei até projetos dessa natureza que tratassem o atendimento com uma face estatística e outra face de resultados, não encontrei. E tanto se tratava de iniciativa inovadora que foi premiada com o Prêmio Inovare, que é um prêmio do Ministério da Justiça, que envolve a Fundação Getúlio Vargas, que tem toda a auditoria da Fundação Getúlio Vargas. Tanto era inovador que foi premiado. Eu imagino que não haja algo semelhante, nesses moldes, aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi o orçamento da Defensoria no ano passado, o orçamento previsto que foi executado, o orçamento previsto para este ano e a estrutura humana que a Defensoria tem?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Eu não posso passar a V.Exa. todos esses dados. Eu tenho o orçamento para este ano. Defensoria Pública: 30 milhões, 903 mil. Poder Judiciário: 427 milhões, 862 mil. Ministério Público: 153 milhões, 586 mil reais. É o orçamento previsto para este ano. Com esse orçamento de 30 milhões, nós estamos no limite. Não temos como fazer investimento e, mal e mal, daremos conta do custeio atual na Defensoria Pública. É o que eu posso afiançar para V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem previsão de concurso para mais defensores?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Eu não posso afiançar a V.Exa., perdão, que há previsão de concurso para novos defensores. As notícias que eu tenho obtido são de que não há previsão de concurso para novos defensores. Nós nem podemos falar em concursos para novos defensores porque não teríamos a contrapartida orçamentária necessária para isso. Então estaríamos até ferindo aí aspectos deontológicos, eu diria, da Lei de Responsabilidade Fiscal, se estivéssemos fazendo concurso, criando expectativa com relação ao concurso, sem a contrapartida orçamentária necessária.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além do cumprimento da pena, a Defensoria tem recebido demanda de outras violações no interior dos presídios, como punições disciplinares sem processo correspondente e outras violações do direito?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - O que nós percebemos, Sr. Relator, é que, naqueles casos em que aporta nos autos um atestado de mau comportamento, não há como contrapartida — estou falando a partir da minha experiência, outros podem ter experiências diferentes — um processo disciplinar correspondente, e, quando há, esse processo disciplinar não foi levado do começo ao fim com os necessários contraditórios e a ampla defesa.

De maneira que uma falta disciplinar dessa qualidade a gente conseguiria desconstituir com relativa facilidade junto ao juiz mesmo da execução penal ou no Tribunal de Justiça, quando for o caso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Defensoria tem dados de quantos processos assume em virtude de abandono por conta dos advogados constituídos?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Este número não é possível passar a V.Exa. precisamente porque, como eu disse no começo, nós sofremos, nós padecemos de um mal em todo o sistema de justiça criminal no Estado de Mato Grosso, que é a falta de gestão de conhecimento, a falta de dados precisos. Os dados que vou passar são dados da nossa experiência de atendimento.

Em muitos casos, nós constatamos que o preso tem advogado particular. Quando constatamos essa situação, fazemos questão de procurar o advogado, ligar para o seu escritório, ligar para o seu celular e dizer: *“O senhor está representando efetivamente este preso ou o senhor não o está representando mais?”* Naqueles casos em que o advogado diz que não está representando mais, temos o cuidado de pegar uma declaração do preso dizendo que ele quer atendimento pela Defensoria Pública.

Daí em diante, postulamos alguma medida em seu favor. Até naqueles casos em que há um advogado atuando mais, que a gente pode ingressar com alguma medida de liberdade, por exemplo, *habeas corpus*, que qualquer pessoa poderia pleitear em favor do preso, mesmo tendo advogado e sendo seu direito, temos feito



isso. Então, pela nossa experiência, há muitos casos de abandono do patrocínio do advogado. Isso vai cair fatalmente na Defensoria Pública.

A experiência usual, e que deve ser a experiência de todo o Brasil, é que o advogado vai postular os direitos do preso naquele momento de aflição do preso e da família, quando ele cai dentro do sistema prisional, quando ele é preso por uma das prisões de tipo cautelar. Daí em diante, o que observamos é que, quando o processo começa a chegar na fase do art. 499, na fase de diligências, de alegações finais, o patrocínio do advogado particular simplesmente desaparece, e isso fatalmente vai desembocar na Defensoria Pública.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria fazer mais 2 perguntas. O senhor também tem dados sobre os presos. O senhor até se referiu. Eu queria só mais detalhes. Nós ouvimos muitas queixas de presos de outras comarcas que estão no Pascoal, presos de outros Estados também que estão aqui. Eu lhe pergunto: o senhor tem dados sobre isso? O que isso acarreta para o sistema? Quais são as dificuldades de operacionalização no exercício da execução da pena? Que sugestões o senhor poderia apresentar à Comissão?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Na experiência da cadeia pública de Várzea Grande, nós encontramos alguns casos desses de presos do interior do Estado e de presos até de outros Estados da Federação. Isso causa um inconveniente enorme para o sistema prisional. Na prática, o que nós observamos... Por mais que nós postulamos o direito do preso... O preso deve cumprir sua pena onde está sua família. Nós mostramos isso doutrinariamente, com tratados internacionais, com jurisprudência favorável nesse sentido. Mas nós vamos esbarrar numa questão de cunho prático, orçamentário. Nem o sistema prisional do Mato Grosso vai querer gastar dinheiro com esse preso para mandar para outro Estado, nem o sistema prisional do Estado de origem do preso vai querer gastar o dinheiro para trazê-lo para cá, porque ninguém quer um preso a mais. Então, na prática, o problema é esse, é uma questão de despesa orçamentária. O preso não é visto como portador de direitos, mas como uma unidade de despesa. E, como todos querem economizar na área pública, os seus direitos falecem, por mais que se postule em seu favor.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pelos dados do DEPEN, há 94 presos estrangeiros. A Defensoria tem notícia desses presos, tem algum acompanhamento?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Com relação aos presos estrangeiros, eu imagino que há casos de mulheres no presídio feminino que vêm daquela região de Cáceres, de Mirassol, Pontes e Lacerda, que são portas de entrada do narcotráfico. Como eu disse a V.Exa., e repito, não há dados precisos com relação a isso, porque eu não tenho conhecimento de alguém que tenha feito estatística nesse sentido. A nossa intenção é, através desse programa, como ele tem uma base estatística forte, nós começarmos a prospectar esses e outros dados. Mas eu não tenho o número preciso com relação a isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Marcos, pelo que eu entendi, a Defensoria, esse núcleo está totalmente informatizado. Todos os processos os senhores acompanham ali, pela tecnologia?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os senhores só vão à cela quando é necessário falar com aquele preso. Nós temos andado nas cadeias, a gente tem o contato direto com eles. Há muitas queixas de tudo. Eu pergunto ao senhor: nessas visitas, tem havido alguma reclamação de maus-tratos em cadeias ou em penitenciárias?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Sr. Relator, essa visita que nós fazemos, ela se constitui de 2 etapas. A primeira etapa é uma entrevista com uma série de perguntas, que são perguntas padrão, e a outra fase é a informação acerca da situação processual do preso. Nessa primeira fase da entrevista, nós sempre fazemos esta pergunta: "O senhor já foi vítima de maus-tratos quer por parte de agente prisional, quer por parte de policial militar?". Eu não encontrei, não encontramos, até hoje, um preso que tenha tido a coragem de dizer que recebeu maus-tratos. Por óbvio, ele não vai dizer, porque, se ele disser e for tomada alguma providência, ele está numa situação de vulnerabilidade. E ele é esperto o suficiente para não se colocar nessa vulnerabilidade.

Então, nós nunca vamos encontrar esses dados partindo do preso. Nós tínhamos de encontrar uma outra maneira de fazer essa fiscalização. Mas, por boca



do preso, do nosso cliente, nós nunca vamos ouvir uma coisa dessa natureza, por questão óbvia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para concluir, nessas visitas, esses contatos, eles são feitos na cela, são chamados à sala a que o senhor se referiu, ou o trabalho da Defensoria tem autonomia, não há nenhuma vigilância do sistema sobre o trabalho da Defensoria?

O SR. MARCOS RONDON SILVA - Nós partimos, como eu disse no começo da minha exposição, de bases instaladas dentro da unidade prisional, porque é necessário não só que a Defensoria Pública visite a unidade prisional, mas que ela tenha uma base instalada lá dentro. Na Cadeia Pública de Várzea Grande, se esta CPI tivesse tido a oportunidade de visitar, iria encontrar uma sala com placa escrita "Defensoria Pública". É o nosso espaço. Há guichês de atendimento. Eles são atendidos reservadamente. É claro que há o aparato de segurança necessário ali, através da Polícia Militar e dos agentes prisionais. Mas com essa mesma característica estão acontecendo já os atendimentos no Pascoal Ramos e no Carumbé, com a diferença de que, na Cadeia Pública de Várzea Grande, nós encontramos um ambiente administrativamente mais favorável para que essa base fosse instalada da maneira como ela deve ser, e a contento.

Com relação ao Carumbé e com relação ao Pascoal Ramos, por mais que nós estivéssemos tentando isso, desde janeiro até março, não conseguimos colocar uma sala da Defensoria Pública lá dentro com essas características. Percebendo que não íamos conseguir começar os atendimentos em condições ideais, começamos os atendimentos nas condições hoje existentes. Mas há uma sala em que a Defensoria Pública atende reservadamente o preso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria ratificar o pedido para que o depoente possa deixar com a Comissão esses documentos, inclusive sobre os cálculos de dias a mais e o correspondente em reais. E pediria ao Dr. Marcos, porque a CPI deve concluir seus trabalhos no começo de maio, se o senhor conseguir atualizar ou tiver conhecimento de algum estudo igual a esse, seria importante para demonstrar que nós pagamos mais deixando o preso ali, com excesso, do que se nós investíssemos em defensoria, em mais agentes, em trabalho, em educação. Ou seja, a experiência que o senhor nos traz hoje, as



experiências que vimos no presídio feminino — 2 mulheres produzindo ali —, apesar da crítica que eu tenho feito hoje, por conta do cerceamento etc., mas aqui também há evidências de que o sistema é recuperável. A maioria dos presos não são esses presos perigosos que todos imaginam. Pelos dados que nós temos aqui, a grande maioria é de pequenos delitos, furto simples, roubo simples. E há como salvar esses brasileiros que estão atrás das grades.

Portanto, eu gostaria de pedir ao senhor esses documentos e, se o senhor puder atualizar até o final de abril, de tal forma que nós possamos utilizar o trabalho da Defensoria daqui como uma amostragem do que a Nação está pagando simplesmente pelo excesso de prazo dos presos no cumprimento de suas penas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós solicitamos, então, ao Dr. Marcos Rondon, Defensor Público, que possa, então, disponibilizar essas informações para os Anais desta Comissão.

Eu concedo a palavra neste momento à Dra. Selma Rosane Santos Arruda, Juíza da Vara de Execuções Penais, que poderá fazer uso da palavra para alguma explanação, como também ficar à disposição desta Comissão para as interpelações necessárias.

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Boa-noite, Srs. Deputados, em nome de quem eu saúdo o resto das autoridades presentes, inclusive da Mesa.

Eu estou aqui por convite de V.Exas. e gostaria de, antes de mais nada, dizer da minha felicidade de estar aqui, sabendo que há pessoas preocupadas com o tema, que é um tema que tem trazido muita intranqüilidade e, às vezes, muito mais sensacionalismo do que realmente ações concretas.

Na minha opinião, o que nós temos de fazer realmente é trabalhar em prol da resolução dos problemas. É isso que, graças a Deus, eu tenho feito, há 6 meses, desde quando estou na Vara de Execuções. E tenho convicção de que esse trabalho não vai ficar, não vai ser em vão. Nós vamos ter bons frutos daqui.

Eu me ponho à disposição para as indagações que os senhores acharem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje nós temos quantas Varas de Execuções Penais no Estado?



A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Toda comarca tem uma vara criminal que fica encarregada da execução penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aqui, na Capital?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Na Capital, nós temos 2. Uma que é a Vara onde eu judico, que é a de Execução Penal no Regime Fechado. A outra é a 14ª Vara Criminal, que atende o semi-aberto, aberto e ainda o CEPEMA, que é o Centro de Penas e Medidas Alternativas, que atende às medidas alternativas e livramento condicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há outro juiz que trabalha também auxiliando a senhora nessas tarefas?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Não, no regime fechado, só eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só a senhora. A senhora cuida hoje de quantos processos?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Hoje, em torno de 2 mil processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois mil processos. A senhora acha que cuidando desse número de processos, somente a senhora realmente tem condições de dar conta, de acompanhar essa execução, ou acha que seja necessário, quem sabe, um auxiliar para ajudá-la?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Veja bem, eu vou fazer uma digressão para poder atualizá-lo um pouco mais a respeito dessa questão de número de processos. Eu trabalhei 11 anos numa vara criminal, em várias varas criminais. Sempre fui juíza criminal e sempre encerrava a minha prestação jurisdicional com uma sentença: condenava alguém e, enfim, essa pessoa ia cumprir a sua pena da maneira como bem aprouvesse.

No começo do ano, o Desembargador Orlando Perri, que é o Corregedor-Geral da Justiça, nos convidou para várias reflexões acerca de como poderíamos estar melhorando a qualidade da prestação jurisdicional, enfim... Eu, então, juíza de conhecimento, fui até ele e dei algumas idéias a respeito de como é que se poderia estar acelerando o andamento de processos e tal. Ele, naquele momento, me convidou para participar de um projeto chamado Projeto de Recuperação, que visa



ao sistema prisional, visa atacar, então, esses problemas maiores do sistema prisional. Daí é que eu fui conhecer efetivamente por dentro o que é a execução penal na Capital. Já fui juíza no interior, enfim. Agora, com o trabalho, o desenvolvimento desse trabalho, nós chegamos à conclusão de que 2 mil processos é uma quantidade pequena se eles estiverem sendo conduzidos adequadamente.

Então, em razão disso, a Corregedoria propôs ao órgão especial, e vai ser votado em breve, a regionalização da Vara, que vai ter competência não só para esses 2 mil processos, mas para as comarcas adjacentes, seja Chapada dos Guimarães, Várzea Grande, Santo Antônio do Leverger, enfim, esses presos todos, e vai ampliar a competência da Vara para semi-aberto, aberto, medidas e penas alternativas e condicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora visita periodicamente os presídios, uma vez por mês, uma vez por cada bimestre, trimestre? Qual tem sido a freqüência de visitas?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Olha, na situação atual, a minha freqüência de visitas tem sido maior do que uma vez por mês, aproximadamente 2, 3 vezes por mês, claro que direcionando sempre mais para aqueles que apresentam mais problemas, como é o caso do Pascoal Ramos. Mas, por lei, eu tenho o dever de comparecer uma vez por mês e assim eu cumpro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora tem recebido muitas petições da Defensoria Pública do Estado relacionadas à solicitação da população carcerária?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Pedido de progressão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Petições diversas da Defensoria?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Sim, com certeza. A Defensoria abarca mais de 90% dos processos executivos de penas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - *O.k.* Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dra. Selma, eu pergunto à senhora se há comissão técnica de classificação.



A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Não, não há. Nós nos reunimos, várias vezes, com o pessoal técnico das unidades prisionais e discutimos a esse respeito. O pessoal está até ali. E discutimos a esse respeito na possibilidade de se fazer essa comissão técnica de classificação. Eu entendo que é extremamente importante que a gente consiga alcançar aqueles que ainda dão para salvar, sabe? É muito importante isso. Nós temos essa visão da necessidade, mas, infelizmente, a comissão ainda não foi firmada.

O pessoal está fazendo um estudo psicossocial, quando é necessário. A lei suprimiu a necessidade de exame criminológico, no caso de concessão de progressão, mas não suprimiu a necessidade do exame de classificação. Seria excelente se houvesse meios de fazê-lo. Mas me parece que nesse pormenor ainda não conseguimos efetivar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria até socializar com o Dr. Marcos, se ele quiser manifestar-se também, já que a Defensoria atende um número bem amplo de presos.

Peço que a senhora nos informe quais são os impedimentos à existência dessa comissão e se há estudos sobre as conseqüências da inexistência dessa comissão. Hoje mesmo, nós encontramos em celas vários artigos. Nós encontramos presos de pequenos delitos com pesos de grandes delitos, presos provisórios com presos condenados, presos de uma idade bem baixa com presos de idade avançada, presos primários com reincidentes. A senhora poderia nos informar por que não há a comissão e quais as conseqüências que isso tem para o sistema e para os próprios presos.

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Olha, o motivo pelo qual ainda não há a comissão ainda é falta de profissional médico para compor a comissão. Nós temos psicólogos muito competentes, temos assistentes sociais comprometidos e não temos, infelizmente, profissional médico que possa estar suprindo essa falta.

Quanto à questão da mistura de presos provisórios com condenados, eu só gostaria de fazer uma observação no seguinte sentido: a minha experiência nessas visitas às unidades prisionais estão me levando a crer que, mesmo sem o corpo técnico formado e sem a coisa ser feita como deveria, há, sim, uma separação por



alas. O Pascoal Ramos, por exemplo, tem alas onde os mais perigosos estão, ali há outras alas onde estão os menos perigosos, vamos dizer, em que pese que essa divisão não é feita por pessoa técnica, é uma divisão a olho, vamos dizer. E a coisa ainda é muito primária, não há um controle. Às vezes, a unidade prisional sabe da vida daquele preso pelo que ele conta. Não há uma pesquisa efetiva de quem seja aquele ser. Então, se a gente vai conversar na beira da grade, realmente ele fala que é primário, fala que é provisório, fala que é 155, e, na verdade, ele tem vários outros delitos e, quando a gente descobre e fala: “Ó, você estava mentindo para mim?”, ele diz: “Não, é que dessa vez eu estou preso por um 155, mas já fui preso outras 10, 15, 20”. Enfim, é mais ou menos assim.

Então, a necessidade de suprir as informações errôneas que eles transmitem, só pode ser feito com suprimento técnico, com documento, com pesquisa. Nós temos a expectativa de estar sendo implantado no Estado um INFOPEN, que é um sistema. Os senhores sabem que a gente espera que ele esteja aí gerindo essas informações a contento, porém, ainda não está instalado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há perspectiva de prazo para a instalação da comissão técnica?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Olha, não cabe ao juiz da execução essa instalação; então, eu não sei lhe dar uma perspectiva exata. Até gostaria, a esse respeito, que os senhores depois ouvissem alguém da comissão técnica que trabalha nos órgãos da unidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não há nenhuma petição do Ministério Público nem da Defensoria para a senhora reclamando essa falta, provocando o Judiciário, de tal forma que possa haver um ajustamento de conduta ou uma manifestação do Judiciário para instalação dessa comissão?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Olha, se houvesse, não seria o juízo da execução competente, teria de ser noutro juízo. Então eu não sei lhe dizer, não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há Conselho da Comunidade?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Tem. Nós implantamos o Conselho da Comunidade no ano passado. Houve também uma determinação da Corregedoria de Justiça para que todos os juízes de execução do Estado



procedessem à implantação do Conselho da Comunidade. Aqui, graças a Deus, eles estão muito motivados, estão trabalhando bem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dra. Selma, nós fazemos uma pergunta aos presos em todos os lugares em que nós vamos, e eles sempre respondem com um “não”, é com relação às inspeções. “O juiz veio aqui?” — “*Não*”. “O promotor vem aqui?” — “*Também não*”.

Eu pergunto à senhora: as inspeções são feitas de que forma? Há relatórios? Se houver relatório, eu gostaria que a senhora passasse à CPI, e, se elas não são feitas ou se são feitas apenas na administração, que a senhora pudesse nos relatar quais são as dificuldades. Nós consideramos muito importante essas inspeções. Também já vimos que em muitos lugares os juízes não têm tempo, pela quantidade de processos. Há juiz que alega que não tem segurança. Portanto, nós queremos apreender todos os obstáculos, de tal forma que nós possamos encontrar uma medida, já que esse contato com os presos nós consideramos importante, embora saibamos também que, num presídio com mil presos ou num Estado com 10, 15 mil presos, essa tarefa de visitar não é uma coisa fácil.

Eu perguntaria também se a Vara de Execução Penal está totalmente informatizada, se a execução penal é totalmente acompanhada pela informática.

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Nós temos... É totalmente informatizada, embora eu veja problemas com relação ao sistema de informatização. O Desembargador Orlando, exatamente em razão desse projeto de recuperação, determinou que o Tribunal de Justiça viabilizasse, através do setor de informática, inclusive um sistema de cálculo penal. Esse sistema foi implantado agora em março. E vejam como é primário: deveria haver um sistema de cálculo penal muito antes disso, e deveria haver no Brasil inteiro. E você pesquisa e não há. Não há um sistema de cálculo penal decente. O que nós fizemos, até atendendo a essa determinação legal a que o Dr. Marcos Rondon se referiu, quanto à emissão do atestado, Dr. Marcos, foi sugerir, e o Tribunal acatou, que a planilha de cálculo sirva como atestado de pena. Então, você já imprime, e o sujeito já tem noção, a partir de todos os processos que ele tem, da soma, ou unificação, enfim, da data provável que ele vai ter a algum eventual benefício.



Agora, eu vejo também outros problemas sérios que têm a ver com a questão da informação. A informação acerca dos processos dos outros Estados é muito precária. Se você vai consultar o Estado B ou A, você tem um nome mas não tem acesso à filiação. E quantos João da Silva, quantos José da Silva você tem!? Então o INFOSEG, por exemplo, também, não é muito bem alimentado. Às vezes, a gente encontra coisa ali que já prescreveu, que já acabou. Enfim, a questão do acesso à informação, para você ter realmente um espelho da situação do preso, é complicada ainda, inclusive aqui no Estado. Se você digita o nome de um sujeito e dá um espacinho a mais já não aparece. Não é uma pesquisa fonética, ela é exata, você tem de digitar exatamente. Às vezes, a pessoa cadastrou errado e você não consegue encontrar. Então, essas dificuldades, embora seja informatizado, a gente vem encontrando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora já falou brevemente da dificuldade do preso de fora, de outras comarcas e de outros Estados. Como a Vara de Execução Penal trata a questão das punições disciplinares? Nós encontramos hoje presos que não têm processo disciplinar. Estão lá no castigo. Como a Vara trata desse tema?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Olha, não é do meu conhecimento de que haja alguém lá sem punição disciplinar — e eu tenho recebido tanto do Pascoal Ramos, quanto do CRC, enfim, das unidades sob minha jurisdição, eu tenho recebido a cópia dos procedimentos, em que, inclusive, é nomeado um servidor como defensor *ad hoc*, e é concedido o direito à defesa. Eu não tenho conhecimento desse tipo de irregularidade aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ao final, eu vou passar um caso para a senhora, para que a senhora pudesse examinar amanhã. São quantos os municípios aqui no Estado?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Não sei lhe informar. Fico devendo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Cento e quarenta?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quantas comarcas?



A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Oitenta, não é? Pouco mais de 80 comarcas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se são 80, 61 são termos dessas comarcas. São quantos... A senhora sabe quantos juízes há?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Duzentos e cinqüenta, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São quantos desembargadores?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Vinte e um.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vinte e um? Quantos desembargadores?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Trinta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Trinta. Eu tenho feito essa pergunta, porque, a nosso ver, há certa desproporcionalidade entre a quantidade de desembargadores e a quantidade de juizes e comarcas. A senhora sabe qual é a remuneração de desembargador aqui?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Não, obedece ao teto constitucional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Teto, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Presidente tem alguma remuneração adicional? A senhora sabe?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe qual é o orçamento do Poder Judiciário?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - O Dr. Marcos até se referiu a esses dados técnicos, infelizmente, eu não tenho. Acho que 240 milhões, Dr. Marcos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A feitura do orçamento e concentrada apenas pela cúpula do Judiciário? Os juízes não têm participação alguma na formação do orçamento?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há algum juiz ameaçado, principalmente dos que exercem na Vara de Execução, por conta do trabalho?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Atualmente, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já houve no passado?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Eu mesma já fui ameaçada várias vezes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ameaçada por telefone, carta?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Por telefone, pessoalmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora acha que a origem da ameaça provém de onde?

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Olha, eu sempre reputo que o pior criminoso é o criminoso institucionalizado, não é? Quando você encontra mais esse tipo de resistência, pelo menos aqui no quadro do Estado, onde nós temos tentado e, graças a Deus, conseguido controlar a entrada desses grupos PCC, Comando Vermelho e tal. A gente tem um canal muito bom com a Secretaria de Segurança, então, quando alguma coisa está acontecendo nesse sentido, a gente é avisado e procura estar colaborando no sentido de dar uma transferência e de desmanchar qualquer atividade de grupo nesse sentido, mas aqui a característica que eu vejo de maior periculosidade é exatamente quando o réu é ou policial militar ou policial civil ou, de alguma forma, servidor ligado a esquema de corrupção ou de tráfico, enfim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu vou passar para a Dra. Selma uma relação de presos — e também vou passar para a Defensoria — que reclamaram excesso de prazos. Depois, nós formalizamos. Se a senhora pudesse ajudar a CPI, inclusive com cópias, só para verificarmos se o que é dito confere com a realidade dos autos.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Dra. Selma a participação e vamos torcer para que esse acompanhamento jurídico dentro do Sistema Penitenciário do Mato Grosso continue evoluindo. Nós percebemos que há interesse no desenvolvimento de algumas ações e projetos para que nós possamos aprimorar e acelerar esse atendimento dentro das unidades prisionais.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, há um fato aqui, e eu vou pedir a Dra. Selma, porque nós encontramos uma presa, a Fabiane Aparecida dos Reis. Ela está presa desde o dia 19 de fevereiro. O crime é ameaça. Segundo ela, ela ameaçou a sua cunhada. A cunhada, desde terça-feira, retirou a queixa, e ela continua presa há 1 mês. Esse tipo de fato, só exemplificando, que seria perfeitamente... era dispensável estar recolhida, ou seja, está com mais de 1 mês presa, portanto, mais de mil reais nós já pagamos por uma pessoa que deveria estar solta. E, pela ficha que tenho, não há nenhum outro delito, é primária, tem residência, tem filho, está grávida, tem filho pequeno, a vítima, a suposta vítima já retirou a queixa, e ela ainda está presa.

Eu gostaria de passar para a senhora e passar para o defensor, porque são tipos de pedido em que, por estamos só de passagem, acabamos não tendo tempo de atuar como advogado, e nem é o nosso papel. Eu queria só passar esse caso para a senhora também.

A SRA. SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA - Eu só queria fazer uma observação nesse sentido. Primeiro, presos provisórios não são afetos à Vara de Execução e, sim, a seus processos respectivos, portanto eu não teria como dar uma resposta efetiva a respeito. Parece-me, pelo que o senhor disse, que seria um caso atinente à Lei Maria da Penha, não é? Então, realmente, nesses casos, a lei prevê um tratamento gravoso, e a pena é menos gravosa. Então, tem realmente ocasionado esse tipo de disparidade. Mas eu olho ou encaminho, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos passar a palavra neste momento ao Dr. Joelson de Campos Maciel, Promotor de Justiça de Execução Penal do Estado do Mato Grosso.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Boa-noite a todos, Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga; Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra; querido amigo Deputado Federal Valtenir Pereira, excelente defensor público também, meu contemporâneo de faculdade, e Dra. Raquel.

Bom, eu havia preparado alguma coisa para falar antes, mas, dado o adiantado da hora, inclusive hoje eu estou um pouco acelerado porque é a missa de sétimo dia do ex-Deputado Federal Gilson de Barros, e eu me comprometi com a família de comparecer à cerimônia religiosa.



Rapidamente, o que eu tenho de experiência? Eu vim para cá, para Cuiabá, e atuo na Vara de Execução Penal desde 2004. Em abril do ano passado, eu fui designado... Eu estou afastado da Vara de Execução Penal desde abril do ano passado, e estou atuando no Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado, o GAECO. Então, a experiência de que vou falar é da época em que atuei, de abril de 2004 até abril de 2007.

Bom, os maiores problemas que eu via no sistema penitenciário, além da superlotação de praxe, o problema na demora da tramitação processual. E, basicamente, a demora da tramitação é imputada exatamente pelo problema da pulverização de que o Dr. Marcos Rondon falou e a Dra. Selma mencionou. Ou seja, um preso vai na frente do executivo de pena dele. Segundo o art. 60 ou 66 da LEP — Lei de Execução Penal, quando um preso vai sair para cumprir a pena, necessariamente tem de ter a Carta de Guia, que é todo o histórico da vida dele e começa como cumprimento de pena, já que ele é reeducando. Bom, o que acontece? Muitas vezes, esse preso é transferido, e a Carta de Guia não acompanha, sequer ela é emitida.

Eu tive um caso que até passei, quando eu era promotor lá, para a Corregedoria, porque o preso foi condenado no semi-aberto e ele estava na prisão provisória, em regime fechado por mais de 2 anos. Se ele foi condenado no semi-aberto, não era para estar preso. Ele praticou um furto, aí ele foi condenado em regime inicial semi-aberto, porque o furto imputa regime inicial semi-aberto, mas ele veio transferido para Cuiabá, e não sei por que cargas d'água, ele ficou na prisão provisória no “regime fechado” — entre aspas — e, depois de certo tempo, é que se foi ver que não era para ser regime fechado e, sim, semi-aberto. Esse é só um exemplo, como tantos outros.

Então, o maior problema que eu evidenciava como Promotor da Execução Penal, quando eu estava atuando, é o problema dos processos que ficavam espalhados. Às vezes, o processo vinha, a família do preso vinha falar comigo, mas não achava o processo, o processo não tinha vindo ainda, ou o processo não tinha sido emitido de uma Vara para a outra, Agora com a administração nova do Tribunal de Justiça e com a criação do núcleo, juntamente com a idéia da Defensoria, que inclusive foi premiada, a centralização das informações vai ser muito importante e



vai agilizar muito, porque informação é poder. Se você tem informação, você tem realmente como exercer a atribuição que a Constituição lhe confere, e você não fica sendo um mero batedor de carimbo. Uma coisa que eu odeio na minha profissão é o burocrata se esconder atrás da mesa, atrás do cargo, e, cada vez mais, se afastar do povo, que é quem paga o nosso salário.

Então, a criação desse núcleo, para nós, é fundamental. Esse núcleo de execução penal, o próprio Dr. Medeiros, que era o Promotor que me antecedeu nessa Vara de Execuções Penais, havia pedido desde a época do Dr. Jacó, Procurador-Geral. Essa idéia já é bastante antiga e — graças a Deus — vai ser implantada agora.

O problema maior que eu vejo também é a ociosidade dentro dos presídios, além da superlotação. O preso fica o dia inteiro sem fazer nada, ou quando faz, é artesanato, coisa que realmente não o motiva. É como se fosse uma terapia ocupacional, como se faz em asilo de velhos — fazendo uma comparação malfeita. Então, o que é preciso é colocar o preso realmente para trabalhar.

Tive uma experiência interessante quando eu era Promotor em Primavera do Leste. Lá, até por uma idéia do Dr. Célio Wilson, que foi Secretário de Segurança do Estado, o preso trabalhava em uma fábrica de lajotas, de paralelepípedos, dentro da cadeia de primavera, e parte da renda que ele adquiria ia em proveito dele e da família. Com isso, alguns presos chegavam a ganhar até, proporcionalmente, quase igual um agente carcerário da própria cadeia. Bom, mas como dar emprego? Em Primavera do Leste era um universo de 100 presos, no máximo. Como dar emprego ou condições de trabalhar para 2 mil ou 3 mil presos aqui na Capital? Esse é o grande desafio.

A nossa experiência como Promotor e da atuação nos presídios, é que quando a gente vai visitar — e quando eu estava em atuação na Vara de Execuções Penais, mensalmente, pelo menos, eu visitava; salvo quando acontecia alguma coisa, e aí eu tinha de ir para resolver —, a grande reclamação era essa: superlotação e ociosidade, ou cadeia vencida também.

Basicamente era isso o que tinha para relatar.

Um esclarecimento: em relação ao contêineres que nós fomos visitar hoje, foi instaurado um inquérito civil público. Quando houve a criação do contêiner, o



Promotor da Cidadania, no caso, na época, o Dr. Edmilson, hoje Corregedor, instaurou inquérito civil público para analisar o contêiner. Por quê? Ele, teoricamente, não atenderia o artigo da Lei de Execuções Penais de que cada cela deve ter, no mínimo, 6 metros quadrados. Só que, pelas condições de salubridade — não insalubridade, mas salubridade — do local, e como era também um local arejado, houve também um estudo da própria universidade federal em relação ao contêiner, não houve... na época fizemos um termo de ajustamento de conduta para adequar o contêiner à necessidade.

Em relação também ao Centro de Ressocialização, que antigamente chamavam de Carumbé, hoje tem outro nome, também houve um inquérito civil público, para que fosse mais humanizado. Principalmente, a preocupação do inquérito civil era com o atendimento aos familiares, porque vocês viram como o sol é forte aqui em Mato Grosso. Imaginem um familiar, como falou o Dr. Marcos, que vai a pé, ou pega 3, 5 ônibus, acorda de madrugada e tem de ficar na fila, tomando sol, para levar comida, carregar peso — uma senhora idosa, por exemplo —, sem qualquer assistência. A preocupação é dar assistência também ao familiar. Esse é outro termômetro. Se você atende bem a um familiar do preso, automaticamente, ele fica tranqüilo no cumprimento da pena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, serei bem breve, para respeitar o tempo do Dr. Joelson.

Dr. Joelson, primeiro pergunto ao senhor sobre essa questão da ociosidade e da falta de trabalho. Pergunto se o Ministério Público já imaginou ou já pensou em algum tipo de representação contra o Estado para garantir esse direito, porque não estamos falando aqui de suposições e nem de perspectiva. Está na Lei de Execução Penal, que estabelece regras e incentivos às empresas; estabelece que o Estado, em obras públicas tem de garantir emprego, estabelece até o percentual. E nós verificamos que isso não é cumprido. Pergunto ao senhor se já foi pensado algum tipo de representação para forçar o Estado a, pelo menos, fazer um acordo com o Ministério Público.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Sim, mas como eu falei agora, o grande nó que temos de enfrentar também, além da ociosidade, que é um segundo



passo, é como os presos ficam como seres humanos, o trabalho seria um implemento. É como eles ficam. E foi feito um TAC — Termo de Ajustamento de Conduta, em relação ao Carumbé, para que fosse feita uma humanização do presídio.

Em relação ao trabalho, independente de TAC ou de ação do Ministério Público, já está havendo uma transformação no próprio centro de ressocialização — e depois a Secretária vai esclarecer melhor —, e serão criadas várias vagas para isso. Então, não houve necessidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O representante dos agentes penitenciários relatou aqui a quantidade de celulares, drogas e até explosivos. O Ministério Público tem conhecimento ou algum procedimento instaurado sobre isso?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Boa pergunta. Quando eu fui para o GAECO, como eu estava na execução penal, levei comigo várias investigações que eu estava desenvolvendo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia explicar o que é o GAECO?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Ah, tá. É o Grupo Especial de Atuação contra o Crime Organizado. É um núcleo formado pela Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público. Houve uma lei estadual que o criou. Hoje temos lá 3 Promotores — eu, o Dr. Célio Wilson e o Dr. Mauro Zaque, coordenados pela Dra. Eliana Maranhão, que é a Procuradora de Justiça. Está também comandando o contingente militar o Tenente Coronel Zaqueu, que é da Polícia Militar daqui. Bom, então, quando eu fui para o GAECO, eu levei para lá algumas questões sobre investigação dos presídios, como a entrada de celular, a entrada de drogas, a corrupção. E houve a Operação Artemis no final do ano passado, quando foi deflagrada. E, realmente, constatamos que existe, sim, a entrada, e a entrada se dá de diversas formas.

Agora, com a implementação do detetor de metais e uma revista mais meticulosa, isso certamente vai diminuir. Mas o grande problema é que isso custa dinheiro, gera custos e volume de tráfico, até tráfico de influência. É muito difícil combater. Isso é um trabalho diário, extremamente extenuante e perigoso — diga-se de passagem —, pois há muitos grupos organizados interessados nisso.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu gostaria que o senhor pudesse, depois, encaminhar para a Comissão os resultados desse trabalho do Grupo e sobre o que foi investigado.

Eu perguntaria ao senhor se há alguma queixa em relação a maus-tratos no sistema prisional aqui do Estado.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Eu caio na mesma formulação do Dr. Marcos Rondon. O preso fala: “*Eu apanhei...*” — “Vamos colocar no papel?” — “*Não...*” É a mesma coisa. Existe, realmente, um temor. Que existem maus-tratos, em alguns casos, sim. Quando a gente consegue pegar a situação de corpo de delito, quando se consegue levar para o médico... como em uma situação que enfrentei em Arenópolis, minha primeira comarca — e, no caso, foi até um adolescente —, eu peguei o adolescente, coloquei no meu carro, levei ao médico que não queria atendê-lo, fui lá, tive de ameaçá-lo etc., aí você consegue. Mas se não tiver corpo de delito ou lesão aparente, pode esquecer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último: sobre o trabalho do Grupo de Combate ao Crime Organizado, se o Grupo foi criado, é porque existe pelo menos indícios de que o crime organizado funciona aqui. O que o senhor tem a dizer sobre isso, sobre as organizações criminosas que atuam dentro dos presídios?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Olha, Mato Grosso é um corredor de drogas. Temos aqui a Bolívia. A fronteira seca, salvo engano, são 60 quilômetros de fronteira seca, não sei ao certo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Não, não. Aqui, não, só em Mato Grosso. Setecentos quilômetros de fronteira seca, então, a extensão é muito grande. Vem por Cáceres... Eu estava até lendo uma reportagem do Dr. Sodrê, Juiz Federal, dizendo da necessidade de fortalecimento da Polícia Federal ali na região de Cáceres, que é a região por onde entra a maioria dos estrangeiros que chegam aqui e que são presos por tráfico internacional de drogas, fatalmente da Bolívia. O crime organizado no Mato Grosso é feito exatamente para sistematizar a entrada dessa droga, que vai virar arma, que vai virar compra, corrupção, que vai virar moeda de troca para várias outras atividades ilícitas. Com isso, você tem quadrilhas especializadas que trabalham também na adulteração de documentos, quadrilhas



especializadas que trabalham também em golpes, por exemplo, de financiamento de carros em nome de laranjas, para poderem usar esse carro em determinado crime. Enfim, há várias outras vertentes. Mas o crime organizado existe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma liderança que atua nesse crime organizado que está preso aqui?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Há várias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Estão todos identificados pelo Ministério Público e pela Polícia?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Sim, nas operações e tudo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Depois, queria que o senhor remetesse à Comissão.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E há algum agente público envolvido nessa organização, já que o crime organizado não funciona sem ação ou omissão do Poder Público?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Correto. No ano passado, a Polícia Civil deflagrou — e a gente ajudou no trabalho de inteligência — uma operação chamada Artemis, que é justamente... Foi essa questão que tentou, e conseguiu, levantar a corrupção dentro do sistema penitenciário, exatamente nos processos. Conseguimos pegar as pessoas que faziam essas intermediações para que os processos andassem mais rápido ou não andassem etc. e tal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já foi concluída a operação?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Sim. Denúncia e tudo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse trabalho... Os documentos estão no Judiciário? Estão no...

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Não. Viraram ação penal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Viraram ação penal.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que o Ministério Público pudesse remeter à Comissão tudo o que tiver relativo a essas operações, envolvendo agentes públicos ou não, com influência no sistema carcerário.

Só a última pergunta: o que tem a ver de...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Relator, a CPI... Esta Presidência determina à Secretaria da Comissão que oficialize ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso a cópia do inquérito sobre a Operação Artemis, realizada no ano de 2007 pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Última pergunta. Na questão do crime organizado, têm algumas figuras conhecidas nacionalmente: Fernandinho Beira-Mar, Marcola. E lá no Nordeste se ouve muito falar em João Arcanjo.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - João Arcanjo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - João Arcanjo Ribeiro. O que tem de verdade, o que tem de mito? Qual é a influência que ele ainda tem? Estava envolvido nessa operação? Qual é a influência que ele ainda tem no aparelho do Estado?

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - Operação Artemis que o senhor fala?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não. Eu queria saber sobre a figura do João, o que ele representa, e se, nessa operação, também foi detectada a participação dele.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - É, ele foi... ele foi... A operação foi a Arca de Noé I e II, com o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. A competência foi para a Vara Federal, porque teve evasão de divisas. O que ele deixou aqui no Ministério Público Estadual, nas Varas Estaduais, são os homicídios: do Sávio Brandão, do jornalista e outros aí que estão em tramitação. O que existe dele também é a figura do mito. Ele, nós... Por uma atuação nossa também, nós conseguimos transferi-lo para Campo Grande. Aliás, é uma atuação excelente, também, da Dra. Selma, uma excelente juíza, destemida, uma pessoa ímpar dentro do Judiciário. E a maior força que ele existe e exerce ainda no Estado é um fato facilmente de ser comprovado: o jogo do bicho ainda existe, o jogo do bicho ainda é praticado aqui, e só o grupo dele consegue manter. A peso de quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Valtenir Pereira deseja fazer alguma pergunta?



O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Exatamente o que me angustiava anteriormente era a questão da especificação da Operação Artemis, que, inclusive, envolveu delegados de polícia na região de Sinop — envolvimento do jogo de bicho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Essa é a Arrego? É outra operação? Eu gostaria, então, que o Dr. Joelson explicasse essa Operação Arrego para nós.

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - A Arrego veio antes da Artemis, que foi feita... Essa Arrego foi desenvolvida pelo Gaego. Bom, a Arrego... Foi o seguinte: nós fizemos um levantamento, através de trabalho e inteligência, e conseguimos comprovar — isso resultou em ação penal também; nós já oferecemos denúncia e tudo, já está no Judiciário — que em alguns locais, e também em Cuiabá, existia ainda uma certa corrupção para que houvesse... para que continuasse o jogo do bicho, certo? Favorecimento para um determinado grupo. E, aí, nós atuamos e conseguimos comprovar, através do envolvimento... do envolvimento de alguns agentes públicos e também de autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos ao Dr. Joelson. Agradecemos a colaboração e a participação aqui. Fique à vontade, se tiver de se ausentar.

Nós vamos, agora, passar a palavra à nossa Subsecretária, Dra. Neide, e logo em seguida vamos concluir os trabalhos da Comissão.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Bom, eu acho que já é... Boa-noite a todos. Quero cumprimentar os Parlamentares que estão aqui presentes nesta CPI e dizer a eles, antes de mais nada, que gostaríamos muito que os senhores saíssem daqui do Estado de Mato Grosso com a certeza de que, de maneira alguma, nós tivemos a pretensão de cerceá-los da liberdade de adentrar no presídio. Foi excesso de zelo, Sr. Deputado. E até mesmo, também, por segurança. Mas, entendendo o trabalho dos senhores, jamais poderíamos impedi-los. Até mesmo porque, no nosso sistema prisional, está bastante evidenciada a questão da superlotação. Não temos o que discutir. Se nós formos olhar, de 2005, a evolução da população... Em 2005 ela foi para 6.936; em 2006 foi para 7.428; em 2007, 9.290; até o presente momento, 9.538. Então, vejam só a evolução.



A nossa estrutura ainda é bastante arcaica. As nossas instalações são precárias. Disso nós temos conhecimento. Mas, pelo que os senhores puderam hoje assistir, aquilo ali é a mais pura verdade. Foi dito que houve um mascaramento do Pascoal Ramos. Então, houve mascaramento sim, se a limpeza é mascarar. Nós temos por obrigação não deixar alimentos com moscas rodando ali por volta da cozinha, Sr. Deputado. Estive ali e vi o mato que estava tomando conta. Sim. Mas isso vai ser uma seqüência de ações dentro do presídio, porque eu, além de ser Secretária, hoje, Adjunta de Justiça, eu sou dona de casa. Eu tenho certeza... Eu tenho um filho e jamais vou querer que os homens que estão ali, atrás daquela grade, sendo cerceados da sua liberdade, venham pagar dentro da sujeira, no meio de rato, de barata e da forma como eles estão vivendo.

E eu também acredito que o Sr. Governador Blairo Maggi, da forma como ele trata o ser humano, juntamente com a sua esposa, Terezinha Maggi — da qual eu tenho o maior prazer de dizer que trabalhei com ela, desde o início de seu governo até agora há pouco, no dia 18 de janeiro —, humanos como são, jamais eles permitiriam essa situação. Se nós tivéssemos condições, com certeza, de ter locais adequados para colocá-los, certamente eles não estariam nessa situação. Então, eu vejo assim com muita tristeza, Deputado, vejo com muita tristeza.

Eu assumi no dia 18 de janeiro. Não quero aqui julgar as pessoas que por ali passaram. Eu tenho certeza de que cada um fez o que pôde. Quem sou eu para julgar? Mas quero dizer que, enquanto ali eu estiver, juntamente, hoje, com o Dr. Diógenes, com certeza, nós vamos dar de tudo. E queremos contar com o apoio dos senhores também, não só para levar os problemas do Estado de Mato Grosso, mas para pegar um telefone e dizer: minha senhora, a senhora está errada ali, porque ali não conseguiu cumprir.

A minha orientação é esta: eu gostaria que a senhora seguisse por esse caminho. Tenho bastante humildade, Deputado, de dizer ao senhor que eu não sou a dona da verdade; e ninguém, nenhum ser humano é, como o senhor sabe. Eu sempre digo que a cátedra a Deus pertence, e não a nós. E é nesse sentido que eu vou diante de Deus todo dia e peço a Ele: *“Senhor, me torne humilde de coração para que eu possa ajudar meus irmãos que estão atrás das grades, para que eu possa realmente assessorar os meus chefes, para que possa pelo menos não deixar*



que cometam nenhuma injustiça com aqueles que, muitas vezes, já são injustiçados". É dessa maneira que eu gostaria... e eu quero continuar, com 32 anos de efetivo cargo. Não quero manchar o meu nome, de uma família humilde. Não quero. Eu sei o quanto é doído para um pai construir uma família. Eu sei o quanto é pesado o sustento de uma família. E eu não quero, com isso, de forma alguma, sujar o nome que eu tenho tão dignamente, dado por 2 velhos, que hoje estão... e que eu me sinto honrada.

Gostaria de dizer também algumas coisas, assim, de suma importância que a gente está desenvolvendo: os projetos de ressocialização, fabricação de móveis, fábrica de manilhas e broquetes, fábricas de cadeiras de roda, reforma de carteiras escolares, limpeza e manutenção de prédios públicos, construção e reforma de prédios públicos, cultivo agrícola, reciclagem de garrafas PET, fábrica de cadeiras, entre outros que os senhores tiveram oportunidade de conhecer no presídio feminino hoje.

Também temos algumas ações empreendidas, que seriam no setor de segurança: circuito fechado de televisão nos andares. Foi fechado convênio com o UNIVAG para atendimento jurídico aos presos da cadeia pública de Várzea Grande. Também foram feitos seminários e capacitações. Constantemente, nós estamos fazendo até mesmo uma avaliação do que foi deixado pelos nossos colegas. A educação... Foi implantada a educação numa escola penitenciária de Mato Grosso. Temos proposta já... Inclusive, foi feito encaminhamento pelas nossas autoridades do Estado de Mato Grosso, pensando no que é melhor para os reeducandos na questão da remição de pena também pela educação. E temos certeza de que vamos conseguir. Mato Grosso vai sair à frente nisso aí, com certeza.

Ações a serem empreendidas: aumento de número de vagas no sistema prisional; realização de obras de reforma e adequações nas unidades prisionais; viabilização do aumento do número de técnicos para operacionalização do sistema de segurança, bem como de engenheiros para que possam realizar as obras necessárias para atender a demanda nos estabelecimentos; promoção de melhorias estruturais que resultem na regularização da rede física das unidades; instalação de circuito interno de televisão para as penitenciárias de Sinop, Rondonópolis, Água Boa, Cáceres e Várzea Grande; convênio com o DEPEN para aquisição de veículo



tipo caminhão para a Colônia Agrícola de Palmeiras. Eu faço questão de dizer que a colônia agrícola já foi considerada modelo. Essa colônia onde ficam os familiares com os reeducandos, infelizmente, encontra-se numa situação de precariedade. As casas todas que foram construídas de 2000 a 2008, 40 residências — 30 sendo para os reeducandos e 10 para os funcionários —, estão totalmente depredadas. Se hoje o senhor for lá, o senhor vai ver. O senhor vai sentir pena de ver as instalações como estão. As casas que foram reformadas também estão depredadas. Tanto é que o Ministério Público entrou já pedindo que parassem todas as atividades dentro do presídio e que fossem retirados os reeducando de lá. Entramos em contato com o senhor juiz. Amanhã, às 7 horas, estaremos saindo para a Penitenciária Agrícola de Palmeiras para verificar *in loco* onde é que está a falha do Poder Público Estadual, o que é que nós precisamos levar para que rixa não ocorra. E isso graças ao Dr. Lídio Modesto, que está acreditando nesse trabalho e estará amanhã acompanhando os técnicos, inclusive do setor de engenharia, para fazer proposta de não deixar... não deixar que aquele trabalho belíssimo que está sendo feito lá por esses reeducandos seja realmente abandonado. Aquisição de detentores de metais para as unidades; aquisição de equipamentos bloqueadores de celulares; construção de casa de albergados para... Aqui está uma situação do semi-aberto. Realmente nós não conseguimos... não conseguimos avançar ainda com o semi-aberto.

Nós temos 2 casas de albergado, e — a gente é franco —, verdade seja dita, nós não conseguimos, ainda, fazer modelo do semi-aberto. Nós estamos aquém, porque não conseguimos, ainda, avançar com o semi-aberto. Não vou mentir. Não vou mentir, porque vou sair lá do lado de fora e vão dizer: houve mentira. Não vou. Semi-aberto precisa ser trabalhado, sim. Precisa, e urgentemente.

A capacitação para diretores, líderes de equipe, chefes de disciplina do sistema prisional, nós temos que trabalhar com o nosso pessoal. Nós precisamos capacitá-los, qualificá-los para melhor servir aquele que é o nosso cliente, que vem a ser o reeducando. Então, eu gostaria de dizer, para encerrar — e pedir também permissão aos senhores —, que tem a superlotação. Já têm ações em andamento. Isso não quer dizer que nós não vamos precisar dos senhores para buscar recurso para o Estado de Mato Grosso. Aumento do número de capacidade do sistema



prisional de Mato Grosso em 674 vagas, nos próximos 2 anos, através de construção nova de presídios e ampliação das unidades; construção de 4 CDPs (Tangará da Serra, Peixoto de Azevedo, Juína e Pontes e Lacerda) irá representar 900 novas vagas; construção de unidade prisional com 426 vagas para presos jovens, com idade — olhem só que coisa triste — de 18 a 26 anos, de Várzea Grande; reforma de uma ala desativada do Presídio Mata Grande, representando 110 vagas; instalação de nova unidade no complexo de Mata Grande, que vai abrigar 300 presos — 180 a mais que a atual unidade. Também estão em andamento as obras da Penitenciária Major Zuzi, em Água Boa — a reforma viabilizará a reativação de 110 vagas; o Centro de Ressocialização de Cuiabá, a reforma onde funciona... antigamente funcionava o Presídio do Carumbé, Casa do Albergado, estão passando por reformas, representando 60 novas vagas. Abertura de processo de licitação para locação de celas transportáveis, Presídio Pascoal Ramos, isto é, trazendo para nós mais 300 vagas. Isso tudo aqui é muito bom, muito bom, mas é pouco. É pouco, porque hoje os senhores assistiram lá no Pascoal Ramos.... Se o senhor for na Mata Grande, o problema é o mesmo; se o senhor for nas cadeias, o problema é o mesmo: questão de superlotação.

Essa é a nossa realidade, Sr. Parlamentares. Essa é a nossa realidade, que nós temos que colocar. Coisas boas estão acontecendo, mas muita coisa ainda está ficando a desejar, e nós precisamos avançar. Não podemos descansar, como hoje passamos o dia todo... E eu quero cumprimentá-los por esse brilhante trabalho. E eu peço também aos senhores... Que Deus Nosso Senhor ilumine vocês e derrame as bênçãos. E que vocês realmente consigam levar esse trabalho à frente para mostrar para a sociedade que aqueles que estão dentro dos presídios não estão renegados à sua sorte, mas, sim, têm homens do lado de fora que estão preocupados com eles. Também foi instituída a Fundação Nova Chance.

Convido, por favor, a nossa querida amiga aqui para que venha falar um pouco da Fundação Nova Chance, com a permissão da Mesa.

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Boa-noite a todos. Obrigado, Parlamentares, pela brilhante oportunidade. A Fundação Nova Chance precisa é disto: de oportunidades. Eu gostaria que o colega desse o *play* ali no nosso vídeo, rapidamente. (*Pausa.*)



Programa ao vivo é assim mesmo, gente. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. JOSÉ PORTO (Jornalista da Assembléia Legislativa de Mato Grosso) - Portanto, esse vídeo mostra a proposta, inclusive, dessa Fundação, com depoimentos, inclusive, de pessoas do sistema carcerário, reeducandos que estão hoje no sistema em Mato Grosso. E a proposta dessa Fundação é justamente promover trabalhos em conjunto com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública para que os reeducandos tenham de fato uma nova chance dentro dos presídios de Mato Grosso. Uma das principais propostas é ocupar o tempo ocioso desses reeducandos justamente com a educação e também trabalhos manuais. E alguns presídios já têm esses programas, como a produção de artesanatos, fábricas de bolas de futebol e também a produção de móveis. E a Fundação, na realidade, vai fazer uma gestão disso e vai procurar uma maneira de viabilizar que novos projetos sejam implementados dentro dos presídios. É uma proposta nova, inclusive, do Governo do Estado, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, para que isso possa funcionar nos presídios. Já existem algumas propostas interessantes em andamento e projetos, também, no Presídio Feminino Ana Maria do Couto May e também no Presídio da Mata Grande, em Várzea Grande.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Bem, senhores, essa é uma pequena demonstração do que já existe no Estado de Mato Grosso. Em 26 de dezembro de 2007 foi aprovada lei complementar que instituiu a Fundação Nova Chance. Em 25 de fevereiro, seus componentes tomaram posse. E, a partir de agora, a política de Mato Grosso está intensificada para uma nova chance. Só que não basta o Governo do Estado querer uma nova chance e ser uma nova chance, todos nós temos que ser uma nova chance. Porque no momento em que eu quero a ressocialização, eu coloco a responsabilidade disso nos outros.

A partir do momento em que eu sou a ressocialização, eu ajo e busco isso. Hoje, no Mato Grosso, nós temos um déficit de mais de 4 mil vagas. Nós temos mais de 17.500 mandados de prisão em aberto. Foi mencionada a criação da unidade prisional para jovens na Várzea Grande com 426 vagas, ao custo de 12 milhões de reais.



Hoje, para atender à necessidade de Mato Grosso, seriam necessárias 52 penitenciárias, ao custo de 12 milhões de reais. E aí, senhores, qual a alternativa: criar vagas ou recuperar pessoas? Se a política no Brasil continuar pensando que a saída é criar vagas, daqui a pouco os cidadãos não mais terão espaço e, sim, somente presídios. Se a política nacional mudar para, em vez de criar vagas e direcionar recursos para novas vagas, liberar vagas, através de mudanças nas leis penais e nas políticas de criação de unidades prisionais...

Agradeço à Dra. Betsey, porque ontem eu estive no Ministério da Justiça justamente para isso, para buscar recursos para um presídio industrial no Mato Grosso. Essa é a primeira meta da Fundação Nova Chance, para que nos próximos 2 anos não se criem vagas ociosas, mas, sim, um presídio industrial, onde homens entrem sem capacitação e saiam cidadãos do mundo.

Gostaria de fazer uma ponderação. O INEP fez um estudo e concluiu que a educação liberta. Eu vou mais um pouco além: a educação liberta e o trabalho transforma. Só que em meio a essa ponte existe uma palavra: profissionalização. Hoje pegam-se indivíduos, jogam-se numa carceragem, não há o acompanhamento devido nem a ele nem a sua família. Quais são, então, os objetivos dessa fundação pública criada no Estado de Mato Grosso? Tem 2 fatores em que Mato Grosso é pioneiro: a lei ampara também os adolescentes em conflito com a lei. E tem outro fator: Mato Grosso é o segundo Estado no Brasil onde a educação pode remir a pena. A cada 20 horas/aula o reeducando tem direito a um dia de liberdade. Imaginem, senhores, se em cada unidade penal esses reeducandos, esses homens, mulheres e adolescentes privados de liberdade têm a oportunidade de trabalhar, de se profissionalizar e de estudar! Vamos mais além ainda, senhores.

A Fundação Nova Chance foi criada, é um filhinho, um bebê, e as atribuições dela são: educação, trabalho, saúde, convívio familiar, esporte, assistência jurídica, profissionalização e esporte. Porque para se atingir melhores condições de vida a homens, mulheres e adolescentes privados de liberdade a Fundação tem que gerenciar, junto às entidades responsáveis por cada um desses setores, vamos dizer assim, melhorias. A fundação é o quê? É uma gestora. Por exemplo, nós vimos a dificuldade dos colegas defensores. Há um número mínimo de defensores para atender a uma enorme população carcerária. A Fundação Nova Chance vem para



ajudar a todos, porque o objetivo da Fundação é recuperar e melhorar as condições de vida. Nós observamos hoje que as produções no Mato Grosso são primárias. São, sim. A partir do momento em que foi instituída a alocação de mão-de-obra — já têm 5 empresas interessadas. Inclusive, nós tivemos... a apresentação desta Fundação foi na segunda-feira, no auditório da FIEMT. A própria FIEMT, que já é parceira, juntamente com o SENAI, pretende massificar ainda mais suas ações. Hoje nós temos profissionais no sistema que, voluntariamente, profissionalizam os reeducandos. Esses profissionais precisam ser reconhecidos. Às vezes, mencionam a questão dos agentes e dos servidores do sistema penitenciário. Contudo, para que o sistema funcione, é necessária a harmonia, e a harmonia de todos, e principalmente de todos do sistema que são responsáveis por essas pessoas.

E repito, senhores: ressocialização não basta querer. Se nós queremos que, daqui a 10 anos, não mais falemos... Porque é uma vergonha eu falar que tenho de criar vaga para pôr gente presa. Na verdade, não tinha era que ter vaga nenhuma. Não precisava ter preso, porque a sociedade... as pessoas teriam consciência e não mais praticariam atos contrários às normas legais.

Nesta oportunidade, eu gostaria de agradecer imensamente à Dra. Selma, que tem acompanhado a situação dos reeducandos; ao Dr. Orlando Perri, que vem também acompanhando arduamente essa situação; e dizer aos Srs. Parlamentares que eu fico muito feliz de tê-los aqui com a gente hoje, porque esta Fundação está sendo pioneira em vários pontos. E ontem eu já estive em Brasília justamente para isso, para que seja instalado um presídio industrial em Mato Grosso, com vários ramos de atividade, inclusive a construção de casas.

E eu gostaria imensamente de ter o apoio dos senhores, para que este Estado, assim como de vários atos já viram hoje que é precursor, que seja precursor nisso, até porque nós temos uma população carcerária hoje de 10 mil, em média, que é mínima, perto das grandes Capitais. Então, por que o modelo do presídio industrial não ser em Mato Grosso? O modelo penitenciário atual vem do Direito romano, e está comprovado que não deu certo. Será que não estaria na hora de mudarmos? Essa é a indagação que eu deixo.

E gostaria, na oportunidade também, de entregar aos senhores o primeiro informativo das unidades prisionais do Estado, o Exemplar nº 001 do *Jornal*



Informativo Nova Chance que circulará nas unidades prisionais, para os reeducandos, que não mais serão privados de informação. Aqui, juízes, defensores públicos, membros do Ministério Público também poderão se manifestar — depois estarei passando aos senhores — e respondendo à indagação sobre os conselhos da comunidade.

Na segunda-feira também foi lançado, juntamente com a apresentação da Fundação, o primeiro exemplar de vários compêndios de autoria da Fundação Nova Chance, que é *Como Criar o Conselho da Comunidade*, para que todos os municípios saibam qual é a melhor forma de criar um conselho e o que é necessário para isso. Também estarei repassando aos senhores.

Então, os senhores perceberam que o Estado de Mato Grosso, no dia 26 de dezembro, instituiu essa Fundação, que está vinculada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública; e que seus membros — 3 mulheres: 1 presidenta, 1 diretora-executiva e somente 1 assessora — já estão fazendo a diferença, juntamente, é claro, com todos os entes federativos. Então, nós gostaríamos que ficasse esta indagação a cada um dos senhores: ressocialização é obrigação de todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à representante da Fundação Nova Chance, Dra. Lenice Silva dos Santos, que é Presidenta da Fundação. Parabenizamos a Fundação e todos os seus diretores, pela iniciativa.

E nós queríamos aproveitar e fazer algumas perguntas também, Dra. Lenice. Se a senhora pudesse permanecer para responder...

Hoje, quantas pessoas já estão envolvidas no Programa Nova Chance, da Fundação? Quantos presos já estão envolvidos, já estão participando, já estão sendo beneficiados?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Sr. Presidente, a Fundação foi apresentada à sociedade nesta segunda-feira. Então, todos os trabalhos são os que já estavam sendo executados, e as empresas que agora estão nos contactando para desenvolvermos os projetos. A Fundação, quanto à família, já tem 1 projeto em andamento, com psicólogos, para preparar o reeducando à sociedade, e a família, para recebê-lo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esses trabalhos que já estão sendo apresentados nos jornais são os da Fundação ou já estavam sendo...

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Já estavam sendo executados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por quem?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Do Governo do Estado?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E daqui por diante a Fundação é que vai gerenciar esses programas?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - A Fundação é do Governo do Estado de Mato Grosso. A dificuldade, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela é subordinada a alguma Secretaria do Governo?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Ao Governador do Estado, e vinculada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, porque nós, enquanto Fundação, não podemos criar normas, não podemos entrar nas unidades prisionais a nosso bel-prazer. A dificuldade do Governo do Estado, Excelência, era principalmente a comercialização dos produtos fabricados pelos reeducandos e as políticas. Por exemplo: a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, quando vai lidar com a saúde, comprar medicamentos para os reeducandos, mesmo que ela tenha uma gerência de saúde, há vários empecilhos legais; e não só a saúde quanto a educação. Então, não seriam atribuições da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Aí a Fundação foi criada justamente para quê? Legitimar essas ações do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os espaços necessários para o desenvolvimento dessas políticas educacionais e de qualificação profissional, daqui por diante, então, serão construídos pela Fundação, pela legislação e não pela lei de licitação pública?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Sim. Por exemplo: produtos adquiridos junto à Fundação são dispensados de licitação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é possível, por exemplo, que reformas e novas construções do sistema prisional ocorram pela Fundação e não mais pela Secretaria de Justiça?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Não, é pela Secretaria de Justiça. A única diferença é que um produto fabricado pela Fundação Nova Chance não vai competir dentro de uma licitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas a senhora está falando de...

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - O senhor está falando de compra, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estou falando de espaço. Espaço. Por exemplo: para desenvolver essas atividades, precisarão de novos espaços.

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vão construir oficinas, vão construir talvez alguns galpões... Essas obras serão executadas pela Fundação ou pelo Governo do Estado?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Na verdade, essas obras serão executadas pelo Governo do Estado e são sujeitas a licitação. Qualquer obra contratada, se for com recurso enviado diretamente a algum projeto da Fundação, será pela Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esse presídio industrial, quem está captando recursos para construção dele é a Fundação ou é o Governo do Estado?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - É o Governo do Estado através da Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o dinheiro vai entrar na Fundação ou nos cofres do Governo do Estado?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Na verdade, hoje existe uma conta única no Estado de Mato Grosso. Então, o dinheiro, inicialmente, entra nessa conta única e depois vai para a subconta da Fundação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que a Fundação tem natureza jurídica diferente.

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Isso. Mas na lei que criou a Fundação ela já está disciplinada desta forma: o recurso vai para a Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é a Fundação que vai contratar?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Isso. Vai licitar a obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, por exemplo, no caso dos recursos vindos do DEPEN para a construção dos presídios, os recursos vão vir para a Fundação.

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - A Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Fundação vai contratar a obra pela Fundação?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Não, ela vai licitar a obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, licitar a obra; pela Fundação.

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pelas leis da Fundação.

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pela legislação da Fundação.

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A tendência é a de que todas as demais obras, nessa área prisional, sejam feitas pela Fundação?

A SRA. LENICE SILVA DOS SANTOS - Não, somente as obras voltadas... Por exemplo: projetos específicos da Fundação, que seriam principalmente a questão do trabalho, hoje. As demais obras, quanto à administração da unidade, à segurança da unidade, isso são competências da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O Relator deseja fazer alguma pergunta?



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pela exposição... Sra. Lenice, não é?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Primeiro, eu me agradei muito da exposição. De manhã, nós tivemos um conflito com a direção por conta da liberdade de imprensa, da nossa liberdade. Depois, nós fomos encontrando algumas coisas positivas e acho até que a direção foi muito rígida, porque deveria aproveitar a oportunidade para divulgar o que tem de bom. Agora, ao final, eu achei não só o fundo musical, mas as imagens bastante bonitas. Eu tive a impressão que tudo isso já era produto da Nova Chance e, pela informação da senhora, a Nova Chance nasceu ainda há pouco, é uma nenezinha que está com...

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com uma semana, portanto, com todos os cuidados que precisa ter, sob pena de ter uma infecção, algum problema de saúde e até chegar a óbito. Eu desejo que isso não ocorra.

Eu pergunto à senhora: quantas pessoas hoje estão envolvidas nesses programas?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Hoje, no Estado, são mais de 3 mil. Inclusive, não estão aí as unidades do interior. Por exemplo, Alta Floresta tem uma linha de montagem de bicicletas e Mirassol D'Oeste — nós temos aqui o colega, que conhece a fundo —, existe tanto a questão da educação quanto do trabalho muito bem desenvolvido e a primeira ação da fundação nos próximos dias é conhecer todas as unidades do Estado e mapeá-las, para que no próximo vídeo saia ali todo o Estado de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a senhora está afirmando que há mais ou menos 3 mil presos que estão trabalhando nessas atividades?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Olha, eu digo mais ou menos, Excelências, porque, na verdade, existem vários trabalhos. Existem aqueles próprios que não desenvolvem trabalhos, vamos dizer assim, efetivos nas unidades: são os artesãos. Tem uns que fazem crochê, fazem rede; é aquela questão mais informal. Mas a ociosidade é grande, por quê? Não existe o comércio. Então, não existe o comércio, que é feito pelos próprios diretores da unidade, pela família do



reeducando. Então, não há políticas comerciais. Na verdade, para uma unidade industrial, uma linha de produção atingir a sua finalidade, além da profissionalização é necessária uma diversidade e comercialização efetiva.

Então, hoje é complicado para a gente afirmar no Estado qual é o número exato das pessoas que estão realmente trabalhando. Mas o Estado está sendo pioneiro na questão da educação. A profissionalização está com vários parceiros. A meta da fundação é o quê? Quando eu digo que a ressocialização é obrigação de todos, uma das obrigações da fundação é criar a rede de parceiros, envolvendo universidades, ONGs, associações. Por exemplo, tem bairros em que a criminalidade é maior. Então, grande população daquele bairro é de esposas de presos. Quando você parte dessa premissa, essa mulher às vezes não tem emprego, tem 4, 5 filhos em casa e um marido privado de liberdade.

Então, uma das metas da fundação, quando fala do convívio familiar, é buscar trabalho também para os familiares e profissionalização desses familiares também. É que o tempo da gente aqui é curto, então às vezes eu podo certas ações. Mas se pudesse falar da fundação, acho que eu vararia a noite.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ali a senhora expôs... teve viveiros, teve oficinas... A senhora sabe informar quantas empresas estão envolvidas nesse processo tão diversificado ou se todas as atividades são diretamente exercidas pelo sistema de segurança e penitenciário?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Na verdade, hoje nós temos a fábrica de bonecas, que inclusive esteve num evento internacional, na semana passada, de expositores. São bonecas confeccionadas pelas reeducandas do presídio feminino, que são vendidas inclusive no exterior. Nós temos a questão de linhas de montagem, por exemplo, de bicicletas; temos, nos Municípios onde as unidades estão instaladas, as questões das reformas. Então, nós temos algumas empresas parceiras. Mas hoje, precisamente, até pelo devido fato de estarmos a uma semana aí, eu não tenho esses dados concretos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não sabe se tem concreto ou se é tudo informal ainda?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Olha, eu também não sei informar. Posso estar verificando e encaminhando para a Comissão.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe se todos os presos envolvidos recebem rendimentos? Qual é o teto e o piso?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Na verdade, o que a gente ouve, por exemplo, na Grande Cuiabá, é que todos são remunerados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe informar quantos já passaram no vestibular, dos alunos que a gente viu ali?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Eu não tenho esse dado. Será que alguém aqui tem? (*Pausa.*) Eu acho que não tem ninguém da área de educação, mas eu posso estar informando ao senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora também não sabe quantos estabelecimentos estão envolvidos nessas atividades?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Hoje, no Mato Grosso, são mais de 15 unidades que estão com a questão da educação de forma mais intensiva. Hoje, a universidade nós temos no centro de ressocialização, que é uma das pioneiras no Brasil, e lá também a questão do vestibular é efetiva. Mesmo os alunos que já estão fazendo faculdade estão prestando vestibulares nas faculdades públicas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além dos produtos que foram vendidos para o exterior, lá da Dona Alice, quem consome os produtos hoje produzidos?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - A sociedade, de modo geral. Antes da fundação, o sistema prisional comercializava inclusive em *shopping*. No ano passado, foi pioneiro... No *Shopping 3 Américas* foram expostos os produtos fabricados pelos reeducandos. Neste ano, teremos a Feira do Pantanal, oportunidade na qual, além dos artesanatos, será também — não sei se os senhores degustaram o produto fabricado lá pelas reeducandas da unidade feminina —, então, a fundação também terá, na praça de alimentação da Feira do Pantanal, alimentação produzida pelas reeducandas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, por último... A colônia agrícola que a Dra. Neide informou que está sendo destruída. Há algum projeto de reconstrução? E se existir, vai ser de responsabilidade da fundação?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Bem, Excelência, eu sou um pouco suspeita porque eu sou filha de um agricultor. Eu cresci no campo e sei que aquela



região tem uma das melhores terras do Estado de Mato Grosso. O que faltou a Palmeiras talvez foi gerência, talvez foi oportunidade. A fundação acredita que Palmeiras é um dos lugares onde poderemos produzir hortifrutigranjeiros que possam suprir a própria necessidade do sistema prisional do Estado. Então, esse é um dos projetos também da Fundação Nova Chance, na qual a gente buscará recurso para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe quantos hectares compõem a colônia agrícola?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - *(Pausa.)* A Dra. Neide está me auxiliando aqui... atualmente, com 500 hectares.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Obrigada a todos pela oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero... só mais uma consideração. A senhora falou a princípio que talvez não fosse necessário construir novas vagas e novos presídios no Mato Grosso. Depois, a senhora falou que foi a Brasília pedir e solicitar a construção de um presídio industrial. A senhora é contra a construção de novas vagas ou é a favor da construção de novos presídios com plantas diferentes, para contemplar essas ações de qualificação, de capacitação e de educação dentro do sistema?

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Excelência, eu agradeço a sua ponderação. Na verdade, a superlotação é uma coisa que já está latente há anos. Há mais de 10 anos nossas unidades já extrapolaram e têm déficit alto. Se eu falasse que não é necessário construir unidades prisionais, eu estaria sendo ignorante e hipócrita. O que eu penso é que, em vez de somente vagas para recluir pessoas, mude-se a política para que essas novas unidades prisionais sejam melhor estruturadas, com oportunidade de profissionalização, saúde, educação, convívio familiar. Porque também tem isto, Excelência: a gente fala que a educação liberta, o trabalho transforma, mas o que realmente salva o homem é a sua família.

Então, se uma unidade penal tiver todas as alas necessárias a essa ressocialização, a esse desenvolvimento da pena... é igual, eu estava lendo agora, esses dias, que a média de seres irrecuperáveis é de 13%. No Mato Grosso, hoje, nós temos uma reincidência de 86%. Sobra mais de 50% para recuperarmos. Então,



nós temos que fazer algo para isso. De que forma? Que essas unidades penais sejam adequadas à realidade do crime de cada pessoa, e que sejam unidades humanizadas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só mais 2 perguntas. Faço de uma vez só. Se a senhora pode informar qual o orçamento, o custo de todos esses programas, se todos eles foram bancados pelo orçamento estadual, se foi pelo orçamento federal estadual. Se foi, qual o percentual de cada um. Se não foi, se tem alguma contrapartida das empresas privadas. E por último perguntaria à senhora qual é o orçamento da fundação para este ano.

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Eu não sei por qual eu começo, porque eu não sei qual é o mais hilário. Quanto ao orçamento e à participação, quanto ao orçamento anterior eu não tenho como lhe informar. O que eu tenho é que parte do recurso foi estadual e parte do recurso, federal. Tem vários convênios federais em andamento, convênios que estão para ser liberados ainda, inclusive. Então, e com contrapartida também, mas não da iniciativa privada. Então, a fundação vem também para puxar os empresários para a briga um pouquinho.

Quanto ao orçamento da fundação, eu pediria que não rissem, porque a fundação foi criada com o orçamento inicial de 20 mil reais. Então, precisamos de todos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desejo boa sorte, para que não haja óbito.

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só quero dizer que é infinitamente maior o orçamento da Secretaria Nacional Antidrogas, que nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 teve o orçamento próprio do Tesouro de 78 reais. E nós sabemos que as drogas hoje são responsáveis por praticamente 80% da população carcerária que ocupa as unidades prisionais no Brasil. Então, tanto o Governo Federal quanto o Governo do Estado, se não implementarem uma política de combate às drogas, de repressão, de educação às drogas, dificilmente nós vamos resolver o problema de vagas no Brasil. Nós freqüentamos as unidades prisionais do Brasil e sabemos, podemos afirmar sem sombra de dúvida que 80% da população



carcerária com certeza um dia passou pelo mundo das drogas ou ainda faz uso delas até o dia de hoje.

Hoje eu conversava com o Deputado Valtenir Pereira. Discutíamos sobre a questão dos crimes federais: Ah, mas a responsabilidade é do Governo Federal, porque ele foi preso por 12 ou por 13! Mas posso dizer que 50% dos que respondem hoje pelo crime federal iniciaram a vida no crime pelos crimes estaduais, podemos dizer. Saiu fazendo pequeno furto, tentativa de assalto, e um dia caiu para o tráfico. Então, na verdade, ele não responde. E a maioria são reincidentes, e quando você pergunta ele tem um 12, tem um 13, mas tem um 157, ou um 121, ou tem um 155. Então, não dá para atribuir a culpa e dizer que isso é uma responsabilidade do Governo Federal, porque antes ele cometeu até os crimes que poderíamos considerar crimes municipais. Nós não temos essa classificação ainda no Código Penal, temos só do crime federal e do crime estadual. Eu sou defensor, dentro da CPI, de nós até fazemos um estudo, quem sabe incluirmos os crimes municipais, que seriam os crimes de menor potencial ofensivo, porque hoje os prefeitos lavam as mãos e dizem: segurança pública é problema do Estado. Ninguém quer assumir.

Mas é lá no município que o cidadão cresceu e, por falta de escola, por falta de oportunidade, entrou para o mundo da criminalidade. Foi lá no município que, por falta de uma creche, a mãe teve que deixar o filho com a vizinha, e essa vizinha, o marido era usuário de droga, ou a mãe teve que deixar o filho sob a guarda de um filho maior porque não tinha uma creche, uma guarda, e aquele filho ficou abandonado durante muitos anos e iniciou a sua vida no mundo do crime como aviãozinho ou preso dos traficantes da comunidade. É lá no município que essa criança, muitas vezes, por falta de oportunidade, depois que termina o ensino fundamental, não tem uma escola de 2º grau, e aí fica ocioso na rua. É lá no município que ele é criado e que ele tem acesso praticamente a todas as portas abertas pela criminalidade, e os prefeitos simplesmente dizem que segurança pública não é responsabilidade do município, é de responsabilidade do Estado.

E nós sabemos que tem muitos crimes, principalmente crimes de menor potencial ofensivo, podemos dizer o infiel depositário, até a própria Maria da Penha, o motorista que dirigia embriagado, tentativa de furto, o cara que roubou uma roupa no varal, que roubou o porco lá da roça do cidadão, que roubou uma bicicleta, que



roubou uma galinha, crimes pequenos, e poderia ser aplicada inclusive uma pena alternativa. Quem sabe, se nós tivéssemos a municipalização da pena no Brasil, e esses crimes ficassem sob a comarca local, o juiz da comarca local, para ele atender e marcar a sentença e aplicar uma pena alternativa, quem sabe a Prefeitura poderia até pegar esse cidadão numa pena alternativa para colocar para trabalhar nas obras municipais, e ele não ter entrada no setor penitenciário, que é a escola do crime no Brasil.

Então, nós sabemos que essa responsabilidade é uma responsabilidade de todos. E as drogas têm assolado o Brasil. Quando você falou que a Fundação começou com 20 mil, eu só usei a referência para chamar a atenção aqui do Governo brasileiro — e eu tenho feito isso no plenário da Câmara —, porque a Secretaria Nacional Antidrogas, no ano de 2003 e 2004 — eu não sei agora em 2007; em 2005 e 2006 o orçamento foi de 78 reais de verbas do Tesouro. Hoje, para a Secretaria Nacional Antidrogas ter recursos para ajudar na recuperação, ajudar as comunidades terapêuticas nos Estados, primeiro a polícia tem que prender um traficante de drogas, tem que confiscar os seus bens; o juiz tem que validar aquele confisco e determinar que aqueles bens vão a leilão, e aqueles bens, quando vão a leilão, são vendidos, e o dinheiro desses bens é que entra nos cofres da Secretaria Nacional Antidrogas para fazer política de combate às drogas no Brasil, ou então de apoio às comunidades terapêuticas ou aos conselhos estaduais e municipais antidrogas, responsáveis pela política de redução do consumo de drogas no País.

Então, eu quero dizer que o que valeu aí foi a iniciativa da criação da Fundação. Tomara que não gere muito ciúme entre a Fundação e a Secretaria de Justiça, porque é comum, é comum, quando divide poder, gerar um ciúme naqueles que realmente teriam o poder todo na mão para fazer todo esse trabalho. É comum. Tomara que não exista aqui, e que Mato Grosso não sofra desse mal.

Muito obrigado pela sua participação.

A SRA. LENICE SILVA SANTOS - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só perguntar à nossa Subsecretária, representando aqui o Secretário, que esteve conosco pela manhã, mas justificou a sua ausência, qual é o orçamento do Governo do Estado, com recursos do Estado, para investimento no setor penitenciário no ano de 2008.



A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Gente, eu pensei até que já tivessem encerrado os trabalhos — falei: Ah, já vou para casa tomar banho para jantar. Ainda continuam! Bom, gente, eu não posso falar com precisão somente do sistema prisional. Eu sei que em 2007 foram 25 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero saber o seguinte: qual o recurso para investimento?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não sei te responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para investimentos.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não sei te responder neste instante, porque ainda não recebemos a aprovação; estamos aguardando. E outra: eu entrei agora, dia 18, e como nós temos o Núcleo Sistêmico, que hoje é o Núcleo de Segurança, que trata da questão sistêmica — lógico, meio redundante, mas é sistêmica —, então fica detentor dessa informação, não por conta de que eles é que vão trabalhar, mas sim ainda não foi passado para nós, não foi colocado à disponibilidade ainda nossa. Então eu infelizmente não vou poder responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou fazendo essa pergunta porque nós estamos passando por todos os Estados e estamos querendo saber essa informação, porque é comum os Governos dos Estados também jogarem a responsabilidade do sistema sempre para o Governo Federal: Ah, não tem, o Governo Federal investe pouco. Quero saber quanto que os Estados estão investindo.

O Governo Federal pode ser parceiro na disponibilidade de verbas para alguns projetos, e o Governo Federal tem este ano cerca de 1 bilhão e 200 milhões de reais para investimento na construção de novas 35 mil vagas no setor carcerário no Brasil. Mas é necessário que os Governos estaduais também invistam, e nós sabemos que normalmente os Secretários de Planejamento ou de Fazenda, na hora de distribuir os recursos do Estado, dificilmente eles vão ter sensibilidade, sem



conhecer a realidade, de destinar os recursos para a Secretaria de Justiça. Às vezes o Secretário de Justiça tem que ficar implorando, porque pega um Secretário da Fazenda que nunca visitou um sistema prisional, que nunca visitou uma cadeia, pega um Secretário do Planejamento que normalmente é um burocrata, técnico e frio, que não se preocupa com essas questões. As características de quase todos eles são essas. Não estou falando do Governo, não. Quase todos os Secretários da Fazenda e do Planejamento dos Estados e do Governo são frios, técnicos, praticamente insensíveis. Então, se não tiver gente para convencê-los da necessidade de investir, dificilmente vamos resolver os problemas.

E é importante que os governos estaduais saibam que eles têm a responsabilidade de construir novas vagas, que o Governo Federal pode ajudá-los com novos projetos, mas a responsabilidade, por enquanto, é dos Estados. Por isso que eu perguntei qual é o orçamento do Governo do Estado para investimento, não é para custeio, é para investimento no setor penitenciário para o ano de 2008. Porque tem muitos Governos em que o orçamento de publicidade é maior do que o orçamento da secretaria do setor penitenciário para investimento. Muitas vezes o que se gasta com *show* durante o ano, com artista e com festa, é maior do que o que se investe no setor penitenciário.

E isso é em todo o Brasil. Lá no Piauí, estivemos lá 15 dias atrás, e o orçamento do Governo do Estado é zero para 2008 no setor penitenciário. Todo o mundo dependendo de o Lula liberar uma graninha para construir um presídio. E isso não é fazer política pública. É, com certeza, tapar o sol da cabeça com o chapéu dos outros. Então, é importante que os Governos estaduais sejam comprometidos com esse processo de mudança.

Então, essa pergunta para nós seria muito importante. Se a Secretaria puder informar ao Estado, à CPI — eu acho que nós, inclusive, já fizemos um requerimento solicitando essas informações —, para nós seria muito importante.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Com prazer. E, até mesmo diante de tantos recursos que o Governo Federal está disponibilizando, eu gostaria de reiterar o pedido quanto ao presídio federal, viu, Deputado? Por gentileza, a gente gostaria muito que a CPI levasse essa solicitação dessa necessidade de que se construa um presídio federal. E acatando, também, aí para



ajudar a nossa fundação, para que venha um presídio industrial para nós. Por que não os senhores abraçarem essa causa? A gente precisa. Agora, esse nosso Secretário, o Dr. Diógenes, ele pediu para que a gente fizesse um levantamento de todas as necessidades dos presídios e das cadeias, até mesmo para uma verificação. Assim que chegar o orçamento, verificar qual é o montante, e, não havendo, para que ele possa chegar até os Secretários que o senhor citou das pastas, para sensibilizá-los da necessidade. A gente já está, inclusive, com esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ao presídio federal, eu liguei durante a audiência para o Dr. Damásio, que é Diretor do DEPEN, ele me retornou a ligação. Fiz a reivindicação, e ele me disse que realmente já recebeu a solicitação do Estado do Mato Grosso para a construção de uma unidade federal aqui no Estado. O próximo projeto a ser executado pelo Governo Federal vai ser a construção de um presídio no Rio Grande do Sul, que já disponibilizou a área para a construção e já apontou, e que ele estuda com carinho essa questão do Mato Grosso, porque ele entende a necessidade do Estado.

Nós perguntamos ao Deputado Valtenir Pereira se quer fazer alguma consideração final. Estamos na fase final da nossa CPI, da nossa audiência aqui no Estado do Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu quero aproveitar a oportunidade do encerramento desta audiência pública para deixar clara a necessidade da defensoria pública, dos investimentos na defensoria pública. No ano passado, foi de 26 milhões o orçamento da defensoria, e este ano a correção do orçamento foi apenas e tão-somente pelo IPC, que chegou a 31 milhões. E isso não é o suficiente para a gente ampliar os quadros da defensoria e a defensoria poder fazer o trabalho necessário, principalmente na questão do sistema penitenciário.

Para finalizar, como nós temos aqui uma fronteira seca de mais de seiscentos quilômetros, praticamente descoberta, e precisando de uma ação efetiva com instrumentos de grande alcance, como é o caso de um helicóptero, a bancada federal já apresentou uma solicitação ao Governo Federal, que ficou... Foi um combinado do Presidente Lula com o Governador Blairo Maggi, e, em seguida, a bancada reforçou esse combinado, de ter um helicóptero do Pan. Foram vários



helicópteros comprados, colocados à disposição dos Jogos Pan-Americanos aqui no Brasil, no ano passado, e um daqueles helicópteros viria para ficar exatamente reforçando o policiamento na fronteira. E infelizmente esse helicóptero não veio.

Eu cheguei a falar com o Ministro Tarso Genro, solicitando a ele o cumprimento desse acordo. Falei com o Presidente Lula, quando aqui estive no lançamento do PAC. Mas, já verificando que esse helicóptero não saía, eu iria apresentar na Comissão de Segurança Pública — é uma indicação da Comissão, porque são duas emendas de comissão — o pleito de um helicóptero. Mas a Polícia Rodoviária Federal precisava incrementar o seu pleito, tinha só 2 milhões e 300 de uma rubrica para... E eles precisavam de 160 milhões. E nós fizemos um acordo, que eu trabalharia junto à Comissão, cederia aquela emenda que eu estaria trabalhando, e trabalharia a questão da PRF. E nós conseguimos emplacar na Comissão, indicar... De 10 emendas que estavam propostas, nós só podíamos indicar 2. Então, tivemos que reprovar 8. E, na articulação, nós conseguimos emplacar a da PRF. E, com isso, a gente tem o compromisso do Superintendente Nacional da Polícia Rodoviária Federal de disponibilizar um helicóptero, mesmo que seja usado, da sua frota, usada, aqui para a gente colocar à disposição da fronteira.

E aí, Presidente, por eu ter feito uma opção até mesmo para poder ampliar e ajudar Mato Grosso da melhor forma, eu fiz uma opção para ir para a Comissão de Saúde. Então, nós estamos apresentando um... Deve essa semana a gente apresentar ao gabinete do senhor, para poder pegar a assinatura, para a gente apresentar, porque o senhor é membro da Comissão de Segurança, e eu deixei a Comissão de Segurança, fui para a Comissão de Saúde, para a gente fazer uma audiência pública para poder discutir o problema da faixa de fronteira, que é a grande incidência de entrada de drogas e saída de carros roubados. Entrada de drogas, entrada de armamento pesado, através da fronteira da Bolívia com o Mato Grosso. E essa reclamação nós ouvimos ontem também em Mato Grosso do Sul, a questão da fronteira seca e da entrada de drogas.

Nós vamos debater essa questão com o Superintendente aqui da PRF e várias autoridades que conhecem o problema, exatamente no sentido de reforçar investimento maciço, tanto do Governo Estadual, que tem a predisposição em fazê-lo, mas também precisando do apoio do Governo Federal, para que a gente possa



fechar essa fronteira de vez. E com toda a certeza... A Secretária, a Subsecretária tem até uns dados aqui dos reeducandos, que cerca de... Reeducandos: furto, roubo. Furto, 2.051 reclusos; tráfico de entorpecentes, 1.926; roubo, 1.725; homicídio, 1.337 reclusos. Quer dizer, aqui, só o tráfico de entorpecentes, aqueles que furtam para poder pagar o débito com o traficante, para poder sustentar o seu vício, esses 2.051 reclusos é produto do quê? Do tráfico de entorpecentes, que influencia a questão do furto. O tráfico de entorpecentes também influencia a questão do roubo, porque a pessoa, não tendo condições de comprar, de sustentar o seu vício, vai exatamente para o mundo do crime. E os homicídios aqui, tem aqueles homicídios ocasionais, mas também boa parte dos homicídios aqui é contribuição exatamente do envolvimento com o tráfico de entorpecente. Aqueles que não conseguiram pagar as suas contas têm que pagar com a própria vida, e assim por diante.

Então, eu tenho certeza de que a gente conseguindo colocar um helicóptero ali na região de fronteira, especialmente em Porto Esperidião, que é, digamos, 300 quilômetros à direita, você consegue fazer a patrulha; 300 quilômetros à esquerda, você também consegue, aí, atender à demanda. Então nós vamos debater isso na Comissão de Segurança Pública logo.

Então, são essas as considerações. E muito obrigado pela participação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu vou fazer para a Dra. Neide algumas perguntas bem objetivas, para que a senhora possa voltar ao convívio da família, tomar banho, jantar, e a gente possa voltar a Brasília. Eu queria perguntar à senhora quantos mil mandados de prisão a senhora tem conhecimento de que existem aqui a serem cumpridos?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - A serem cumpridos, que nos foram...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Para pessoas que estão fora e que têm ordem de prisão, mandados.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Dezessete mil.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dezesete mil?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Do meu conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quase 2 vezes a quantidade de presos que estão hoje...

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo de um preso aqui no Mato Grosso?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Mil e duzentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mil e duzentos.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso vale para a capital e para o interior ou tem diferença? É a média?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - É a média, é a média.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A alimentação do sistema é A empresa que fornece?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, é licitada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Licitada.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Feita licitação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual empresa que fornece alimentação para o sistema hoje?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Olha, eu sei — até pediria ajuda aqui para o tenente —, eu sei que uma é a Nutriz, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nutriz.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Nutriz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem mais de uma?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Tem, gente? Vocês têm conhecimento do nome delas? Porque eu não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem mais de 1, 2, 3?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Segundo estão me informando ali, que são umas 5.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo de alimentação diária por preso?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não chega a 7 reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - 7 reais.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não chega.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Café, janta.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Isto, as 3 refeições.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a reincidência aqui no Estado?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Oitenta e cinco, oitenta e sete por cento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então está falida a ressocialização; quem entra, sai e volta.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe, o Estado tem algum estudo sobre por que o número de presos e potencialmente presos, quase 20 mil para um Estado de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, tem quase 10 mil presos e tem 17 mil mandato para ser cumpridos, quase 26 mil potencialmente presos e a serem presos, uma população de 2 milhões e 800 mil habitantes. É um percentual alto. Vocês têm algum estudo?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, estudo científico. Eu posso dizer ao senhor que hoje os senhores conheceram a causa, uma das causas, que é a superlotação. A pessoa vai ali para dentro, ela não recebe o tratamento digno. Como é que o senhor pode fazer as suas necessidades da forma como é feita? Como é que o senhor pode dormir onde o senhor tem que pedir para o seu colega se levantar para o senhor deitar? A revolta é muito grande, ainda sabendo que aqui do lado de fora, ao sair, é daí o pensamento da fundação, que ao sair ele não tem condição nem sequer de um passe, de um vale-transporte, e a tua família está totalmente desagregada. Então são “n” questões.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe quantos presos morreram no interior dos estabelecimentos nos últimos 2 anos?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sabe quantos celulares foram apreendidos no ano passado?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Pelo que foi falado aqui, uns 300, e eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Trezentos. A senhora tem informação de como que esses celulares chegam aos presídios, é conveniência do sistema, de servidores?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Olha, para eu falar eu teria que ter a certeza, e eu sei que tem a nossa comissão de processante que inclusive faz as averiguações, e eu seria muito imatura de dizer quem é que leva isso para dentro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas quando o celular é apreendido...

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - A gente vê os comentários do que é, mas eu não tenho comprovações através dos processos, eu não tenho como dizer para o senhor. Uma vez ou outra a gente fica sabendo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas esses celulares, quando eles são apreendidos, eles têm um destino?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, eles são recolhidos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É aberto um processo?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - É aberto um procedimento administrativo se, caso for o nosso, se for, se for verificado ou encontrado de posse de algum agente, ou é falado, então aí o caso é conosco, que é o processo administrativo. Quando não é e é outra guarnição, aí é de acordo com a sua unidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse procedimento fica a critério de cada unidade ou tem uma centralidade deles?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Que procedimento?



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na hora em que o celular é apreendido na penitenciária X... Foram apreendidos 10 numa cadeia, 15 noutra penitenciária. Cada penitenciária, cada estabelecimento estabelece, abre o seu procedimento?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não senhor, não senhor, porque tem dentro da própria Secretaria esta Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o nome da Comissão?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - É CPDD. CPAD, não é? É Comissão Processante, é Comissão Permanente de Processo Administrativo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria que a assessoria anotasse: Comissão Permanente de Processo Administrativo.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Processo Administrativo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela centraliza todos os procedimentos, não é?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E a senhora tem informação sobre drogas e armas apreendidas?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas? Quantidade.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Ah, eu não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas foram apreendidas.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Ao meu conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Armas de fogo também.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre esses explosivos, a senhora tomou conhecimento?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que o agente penitenciário disse que é um explosivo que daria para desmanchar ali a Pascoal?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É uma quantia bem grande.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Olha, eu não tenho conhecimento não, se algum técnico nosso tiver... Eles poderiam se pronunciar, Parlamentar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É importante porque é explosivo.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Então, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É importante dizer quais as quantidades.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Venha aqui ou o coronel ou o Claudomiro, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Inclusive dos celulares. Bem rápido.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Sr. Deputado, a questão do explosivo... Houve denúncias de que seria explosivo, foi, se não me engano, em agosto do ano passado houve retenção de um material que a princípio se considerou como se fosse explosivo, mas a perícia detectou que não se tratava de explosivo, era um material com semelhança, se não me engano, a massa de vidro, algo parecido, mas não foi explosivo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas qual era a utilidade?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Não, não teria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não teria nenhum poder ofensivo.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Não, nenhum poder ofensivo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ia fazer um cerol, empinar algum papagaio?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Não sabemos, foi talvez uma brincadeira dos presos, algo assim, ou queriam simular alguma coisa ou desestabilizar o próprio sistema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual era a quantidade? Era 1 quilo mais ou menos?



O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Isso foi registrado em um boletim de ocorrência na delegacia, está sendo investigado pela Polícia Judiciária Civil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E sobre a quantidade de celulares efetivamente?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - No ano passado foi em torno de 540 celulares.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quinhentos e quarenta no Estado todo?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - No Estado inteiro, no Estado inteiro. E esses celulares são primeiramente encaminhados para a gerência e a inteligência do sistema prisional e, comprovadas questões administrativas, é aberto procedimento. E quando há envolvimento de questões criminais é encaminhado para o setor da Polícia Judiciária Civil, que faz a questão com o Judiciário e o Ministério Público para as providências criminais competentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esses celulares são altamente, imediatamente recolhidos ou o sistema usa?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Não, não. São recolhidos, eles são cadastrados, número de série, número do aparelho, que é possível, alguns estão sem *chips*, eles são lacrados e esses celulares... A prática agora, determinação recente, é para fazermos um lote e encaminharmos à Justiça pedindo a destruição dos mesmos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E arma de fogo?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Arma de fogo... Ano passado nós não tivemos, ano passado nós não tivemos apreensão de arma de fogo. Tivemos apreensão em anos anteriores, que eu não posso passar para o senhor porque nós estamos apenas 8 meses, mas no período do ano passado não houve apreensão de arma de fogo no sistema prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aqui na capital todas as mulheres estão naquele presídio feminino?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Todas as mulheres na capital.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na capital.



O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Na capital a única unidade nossa é o presídio feminino.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No interior tem quantas mulheres presas, o senhor sabe?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Olha, eu sou superintendente penitenciário. Nós temos, no total, 700... A Sra. Secretária nós temos aí a nossa... Se não me engano, 706 mulheres crimes comuns e 46 mulheres crimes federais. Salvo engano são 706 mulheres do regime crimes comuns e 46 mulheres que cometeram crimes federais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais são esses crimes federais?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - A senhora está só confirmando. Nós temos mulheres, são o total de 706, isso mesmo, mulheres que cometeram crimes comuns, é Justiça Comum, e 46 cometeram crimes tipificados como crimes federais. Essa estatística não está nessa apresentação, até com a diretora do feminino, Dinalva, hoje, em torno de mais de 80% dos crimes praticados relacionados a entorpecentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse número depende de 94 estrangeiros presos, confere? Está a mais ou está a menos? Estrangeiro.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Confere.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais são as nacionalidades?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Nacionalidade nós temos argentino, venezuelano, italiano, boliviano...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Espanhol, dominicano...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Olha a assessoria ajudando. Entre outros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A maioria é drogas?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Dos estrangeiros? Essa informação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem tráfico de mulheres também?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Bolivianos, que é o nosso maior problema de questão da fronteira. Boa parte dos crimes federais, inclusive nossos, está na



cidade de Cárceres, que é uma cidade que fica a 90 quilômetros da fronteira com a Bolívia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E tráfico de mulheres também?
Tráfico de mulheres.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Tráfico de mulheres?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Entre os estrangeiros, não?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Tivemos alguns recentes casos na mídia, que foi o espanhol, não é? Mas não é preponderante no Estado do Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Encontramos um índio lá na Pascoal. Há mais índios presos aqui nos estabelecimentos?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Nós temos um índio no Pascoal Ramos e temos aquele de Juara. Um foi tráfico de entorpecentes, outro tentativa de homicídio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só 2 índios no Estado?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Dois índios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar sobre a questão dos maus-tratos. Os senhores têm conhecimento, se chega até os senhores. E também perguntar sobre quantas sanções disciplinares foram aplicadas durante o ano de 2007?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Em relação aos maus-tratos, sim. Nós temos conhecimento de maus-tratos. E todos os maus-tratos que chegam ao conhecimento, através da OAB, através do próprio Poder Judiciário, que os presos fazem denúncias, ou através de outros caminhos, todas que chegam ao nosso conhecimento são tomadas medidas administrativas e medidas criminais com registro de boletim de ocorrência para a devida apuração pela Polícia Judiciária Civil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São muitos casos?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Eu passo para o senhor que, em relação ao total não, não são muitos casos. Existem casos se for na conjuntura total. Agora, pode ser que há casos, sabemos que há casos informais que foram debatidos aqui na Comissão pelo Dr. Marcos Rondon, de alguns casos que nos chegam talvez por algum medo. Mas o que chega para nós é apurado. Agora, a determinação do Secretário, da Sra. Secretária-Adjunta, é que este ano estamos buscando a



implementação da ouvidoria para aprimorar mais, ou facilitar que a informação chegue de uma forma mais rápida possível e que seja mais transparente possível.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu vou lhe passar depois o nome de um dos presos. Eu vi vários presos. Nós temos adotado o procedimento de chamar alguns para prestar depoimento, formalizar. Porque tortura é crime inafiançável. Mas também a gente sabe que, quando a gente sai, a peia come, ataca. Nós estivemos em vários lugares, inclusive depois vieram pessoas feridas. Não estou dizendo que isso ia ocorrer aqui. Mas como o sistema em si já é um sistema muito fechado, e já que apanham antes, apanhar depois a possibilidade é muito grande.

E esse preso está ferido — vou pedir apenas que o senhor e a senhora pudessem —, ele pediu para ir ao médico, ele está todo, na linguagem lá do Nordeste, apostumado, todo cheio de, está inchado. Eu vou pedir que depois os senhores pudessem levar ele à enfermaria. Ele está me pedindo para ir à enfermaria, pedindo remédio.

Eu queria perguntar ao senhor, refazer a pergunta, ou ratificar, quantas sanções disciplinares foram ano passado, 2007, já este ano, e se todas elas tiveram processo disciplinar e se também é feito por essa comissão citada anteriormente?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Esse dado, realmente, não temos. Essa comissão é uma comissão da Secretaria de Segurança Pública. Ela atende toda a Secretaria de Segurança Pública e envolve vários setores dentro da Secretaria. Ela não é ligada diretamente à Secretaria-Adjunta, direto ao Sr. Secretário, por isso não temos, de pronto, essa informação para passar para o senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas quando há uma infração disciplinar essa punição é feita pelo estabelecimento, o processo?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Não. A apuração... Essa Comissão é subordinada ao Sr. Secretário, justamente para não ter... É uma forma de ter um rigor maior, uma transparência maior. Não é o diretor que faz essa apuração; ela é feita por esta Comissão, que é ligada diretamente ao Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós andamos lá no raio 5 e vimos as celas individuais. Todas ali estão no castigo. Eu lhe pergunto: o senhor sabe informar se todos eles têm procedimento?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Eu só queria passar uma informação para o senhor, porque eu acho que eu conversei mais com S.Exa. o Sr. Deputado Neucimar Fraga que nem todos ali estão por causa de castigo. Existem algumas situações especiais que o sistema tem... Por questão legal, o sistema, por obrigação em questão de resguardo da integridade física do custodiado, que é nossa responsabilidade — que são 2 questões básicas: a custódia e a ressocialização. A custódia na garantia da integridade física —, alguns reeducandos são separados. No caso do índio, por uma questão legal, todos sabem, ele tem uma questão de reservas legais quanto à imputabilidade, ele é separado para o resguardo da sua integridade. Ele não está ali cumprindo uma punição disciplinar. Isso é conversado. No caso do índio, tivemos, semana passada, com o cacique da aldeia de Nova Xavantina, explicando para ele porque ele estaria ali, respeitando a cultura do índio. No caso do raio 5, corta-se o cabelo, não foi cortado o cabelo dele, respeitando a cultura dele. Foi explicado para o cacique, ele aceitou, foi conversado com o diretor, e não houve problema quanto a... Tem um argentino que está separado também, que cometeu um crime, naquele raio que o senhor foi ali, cometeu um crime de sensibilização, no caso, na capital. E todos nós sabemos que crime de estupro e da forma como foi feita, uma criança de 10 anos, se nós deixarmos com o convívio seria um risco muito grande. Por essa obrigação, por esse dever, por essa responsabilidade, nós deixamos o reeducando separado, e não cumprindo uma... não por medida punitiva.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se eu quiser ter informações sobre a quantidade de presos que foram submetidos ou que estão submetidos a processo disciplinar eu me dirijo ao Secretário de Segurança?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - É. O senhor pode fazer um requerimento, ou para a atual Secretária-Adjunta, que ela encaminha esse pedido para essa Comissão e, com certeza, o mais rápido possível ele será atendido e repassado para a Comissão.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pediria ao senhor, ou à Dra. Neide, que pudesse encaminhar à Comissão o regulamento disciplinar dos estabelecimentos.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - Nós temos um regimento interno padrão, um regimento interno aprovado, um decreto, e ele que está em vigor. Repassaremos para o senhor também, ou através de mídia digital, ou através da parte...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu lhe agradeço. Eu queria só fazer as 2 últimas perguntas para a Dra. Neide, Presidente.

Esse aqui é o regulamento não é?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - É o regimento interno...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você sabe informar se em todos os processos disciplinares os presos tiveram ampla defesa?

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO LEITE - A formatação das apurações começa com uma instrução sumária, dependendo da situação. Da instrução sumária vai para uma sindicância. E essa sindicância, por uma questão constitucional, todos têm direito à ampla defesa e ao contraditório. Isso no caso de funcionário público, no caso do agente. Desculpa, no caso da punição, quando o recluso comete uma infração, tem uma comissão formada na unidade. Essa comissão é que avalia a infração disciplinar do recluso. No caso dos maus-tratos é diferente. É analisado por essa Comissão, que é ligada ao Sr. Secretário de Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Agradeço.

Presidente, gostaria de fazer só 2 colocações à Dra. Neide. Primeiro, é um pleito. Agora, eu faço uma... A senhora quer que eu faça a pergunta mais dura primeiro e a mais suave para o final, ou o inverso?

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - A primeira coisa: se o senhor fizer dura ou mais leve, se eu souber eu respondo, se eu não souber eu vou falar sinto muito, vou ficar devendo para o senhor e eu mando... Ou eu passo para o assessor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, eu vou fazer a mais espinhosa, e a mais leve para o final.

A mais espinhosa é sobre a militarização dos presídios. O que nós vimos hoje, inclusive eu discuti com a senhora, eu me senti constrangido pela



ostensividade do aparato militar. Posso até entender a preocupação da senhora pela nossa segurança. A gente agradece. Mas, por onde nós temos ido, mesmo no berço do PCC em São Paulo — Presidente Prudente, Presidente Bernardo, Presidente Venceslau —, não fomos, em momento algum, hostilizados pelos presos. Todos os presos estão pedindo socorro. Aqui não deixamos de ser humanos. A gente chora. É muito importante a gente agir com o coração sem perder a razão. Mas sabemos distinguir aquele preso que a gente sabe que não tem mais solução da grande maioria, que são injustiçados, que praticaram crimes porque o Estado não deu a sua parte, o Estado só apareceu com a polícia, com o juiz criminal e com o IML para dar o atestado de óbito. Então, não temos tido nenhum tipo de agressão.

Nós sentimos assim uma ostensividade militar muito grande. O representante dos sindicatos dos agentes penitenciários também falou da militarização. Eu pergunto à senhora: aquela militarização foi só hoje ou ela é permanente, já que também disseram que são os policiais que abrem as celas, os policiais que controlam o presídio. Se é só aquele presídio, se foi só hoje, pela segurança dos Deputados federais, se é daquela forma, se tem alguma causa, se é o crime organizado que está presente, se há alguma liderança? Porque hoje estava muito ostensivo, inclusive no presídio feminino, onde estão as mulheres que são mais serenas. E o pedido mais brando é um pleito das mulheres. Eu conversei com várias. Eu conversei com uma que está com 1 ano e 9 meses e nenhuma delas teve visita íntima. Os companheiros, os maridos não têm direito de visita. E a senhora sabe que isso é uma necessidade natural do ser humano.

Eu perguntaria a senhora: por que não tem visita íntima? E a gente faz um pleito para que a Secretaria estude a possibilidade de garantir a elas a visita íntima.

Sr. Presidente, já encerrando, eu quero só agradecer. Pedir desculpa aqui pelos nossos desencontros, reconhecer que há pontos positivos aqui, mas há pontos extremamente negativos. E desejar que o Mato Grosso, que tem aqui figuras como Dante de Oliveira, que está no coração de todos nós por ter patrocinado a Emenda das Diretas, de pessoas como a nossa Senadora Serys, que é do meu partido. Que aqui as coisas avancem e que a gente possa tratar os presos como ser humano.

E queria aqui elogiar a empresa, a dona Alice, que está com um trabalho lá no presídio feminino — parece-me que é Alice —, com um trabalho de artesanato de



qualidade. As presas que ali estão pareceu-nos muito à vontade, estão satisfeitas, estão trabalhando, estão recebendo o seu salário. O seu trabalho é um trabalho reconhecido. Pedi até que ela fizesse um pequeno vídeo. Usei até o nome do Deputado Valtenir. Deputado, se você depois pudesse, que é da terra, produzir um vídeo que a gente pode apresentar na Comissão, na CPI, porque tanto o exemplo da Defensoria, que está fazendo o trabalho aqui, quanto o exemplo lá do artesanato da dona Alice, são evidências de que esse sistema tem jeito, que essas 400 mil pessoas podem ser recuperadas.

Portanto, eu quero agradecer a presença. Sou do Maranhão e não sei se ainda volto por aqui, apesar de gostar muito de ouvir falar do Pantanal, mas não sei se voltarei aqui. Gostaria de a minha passagem estar contribuindo para gente humanizar o sistema carcerário como condição para que a gente possa viver em paz. Se cada um de nós, no nosso comodismo, não se der conta de que cuidar de preso é cuidar de nós... Porque 420 mil feras que foram tratados como feras foram colocados nas ruas, não adianta ter guarda em casa, não adianta ter carro blindado, não adianta ter barra de ferro na porta, porque a criminalidade não vai ter solução.

Por isso, tratar de presos é tratar de nós mesmos. E não vou fazer essa pergunta, mas eu tenho certeza que cada um de nós que está nesta mesa que tiver um animal de estimação, um cachorrinho daqueles *poodle* bem branquinho ou mesmo um cachorro grande, eu tenho certeza de que os nossos animais são tratados mil vezes melhor do que os presos no Brasil. Tenho absolutamente certeza. Portanto, eu espero que cada um de nós faça uma reflexão sobre a nossa participação omissiva ou por ação nesse caos do sistema carcerário.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço e deixo essas duas perguntas aqui para a Dra. Alice e peço desculpas aqui pelo nosso desencontro.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Bom, o primeiro é que realmente é aquilo que eu disse no início: eu acho que foi excesso de zelo, primando pela segurança não só dos senhores, mas também pelos reeducandos. Nós não temos esse policiamento ostensivo, viu Deputado. Nós temos, no total... Nós estamos aqui com o Secretário de Segurança. Se ele me permite, se eu tiver errada, por favor, me corrija por gentileza, mas o número de 15...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por isso que é bom. Nós estamos numa audiência pública pela televisão. Se a senhora não estiver me respondendo adequadamente, quem está aqui vai lhe responder de amanhã em diante.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Isso. O que ocorre é o seguinte: o que consta para mim é que nós temos 15 policiais, não é Coronel, que atendem ali o presídio. Por turno. Então, está aí respondido. E a outra pergunta...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A visita íntima para as mulheres, até sem serem discriminadas, porque, lá no presídio masculino, a visita íntima é permitida, tem regulamento, e elas estão lá há 2 anos sem ver os seus companheiros.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Nós estamos com a Dinalva aqui. E como a gente é bastante transparente, eu pediria a ela para dar essa resposta ao senhor por ser até mesmo a diretora do sistema prisional. Agora, antes de ela responder, eu quero dizer ao senhor o seguinte: toda crítica é bem-vinda, toda crítica, quando ela é bem interpretada. E eu posso garantir aos senhores, apesar de estarmos conhecendo neste momento, somente neste momento, mas posso dizer aos senhores que se manter com este trabalho, com essa seriedade, nós vamos colher bons frutos nesse trabalho de vocês. E o Estado de Mato Grosso vai ficar aguardando a sociedade mato-grossense dos olhares dos senhores, juntamente com o nosso Deputado, representando o Estado de Mato Grosso, Valtenir. Nós temos certeza que, na hora que vocês forem fazer as suas proposições, o nosso Estado vai estar inserido. Boa vontade de trabalhar nós temos, e um governo sério também nós temos.

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem que ligar o microfone.

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Boa-noite. Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui esclarecendo algumas dúvidas. No presídio feminino não tem privação essa questão da visita íntima. A reeducanda que dirigiu ao Deputado, o marido dela estava preso e saiu essa semana passada, e a Lei de Execuções, ele saiu no regime semi-aberto. E a Lei de Execuções ela é bem clara. Se o reeducando está em cumprimento de pena, nesse caso, ele fica privado de



adentrar a unidade. E toda reeducanda, quando ela entra com pedido de visita íntima, nós temos uma comissão, que é feita pela assistência social e pelo psicólogo, é feita uma triagem, feito todo um levantamento. Se realmente ela comprovar que ela tem uma relação duradoura com esse parceiro, ela é sim liberada a visita íntima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só uma pergunta: a senhora sabe... Lá são 197 mulheres, não é?

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe quantas mulheres estão com os maridos presos, quantas mulheres estão com os maridos e filhos presos ou quantas estão só com os filhos presos?

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Vinte por cento delas têm marido preso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todas por drogas?

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Eu não sei se todas por drogas. As que estão lá sim, são presas por droga.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse número é crescente ou decrescente de mulheres com maridos?

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Crescente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à diretora e a parabenizamos mais uma vez pelo excelente trabalho realizado.

A SRA. DINALVA ORIEDE SILVA SOUZA - Eu queria também fazer um esclarecimento ao Presidente do sindicato. Acho que não está totalmente bem claro para ele que nós não temos adolescentes na nossa unidade. E as crianças que ali estão, nem é uma creche, é uma unidade materno-infantil. São crianças que a Lei de Execuções garante, elas estão ali porque ainda estão participando do aleitamento materno. Então, em nenhum momento ali, até porque a unidade não teria capacidade para estar colocando adolescentes ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos e mais uma vez parabenizamos a Diretora da Unidade Feminina pelo excelente trabalho



também que está fazendo naquela unidade e o Zé Carlos também pelo trabalho feito à frente da Unidade Prisional Pascoal Ramos.

Conversava com o Deputado Valtenir que se esta CPI quiser inovar nas mudanças na Lei de Execuções Penais, tendo em vista a quantidade de mulheres que estão presas hoje e que o marido também está preso, nós vamos ter que fazer uma proposta, quem sabe, de ter até cela para casal daqui a uns dias dentro dos presídios. O marido poder tirar pena com a esposa. E hoje tem muitas mulheres que o marido está na cadeia, os homens estão na outra cadeia. Parece até brincadeira, mas eu acho que nós vamos ter que começar a pensar nessa questão um dia.

Hoje mesmo encontrei uma mulher, uma senhora de 64 anos que está presa na unidade feminina, o marido dela na mesma faixa etária também está preso, foram presos agora recentemente. Separar um casal depois de 30, 40 anos de casados por causa do Código Penal. É claro que eles estão ali cumprindo o que determina a lei. Mas acho que nós temos que começar a pensar, como legisladores — e aqueles também que militam nessa área —, na possibilidade de a gente ter, quem sabe, no futuro...

Seria bom se não houvesse o crime, mas, como a gente sabe que, por mais que os governos se esforcem e apliquem as políticas, tanto na área educacional... E aqui fica uma reflexão, porque é comum nós atribuímos o crescimento da violência à falta de educação. E nós não podemos afirmar isso, porque os analfabetos não são os culpados da violência no Brasil. Hoje boa parte dos que estão no sistema prisional também tem segundo grau, tem curso superior, tem ensino fundamental, e nós continuamos colocando a culpa da violência nos analfabetos.

E podemos afirmar que a maior parte dos analfabetos do Brasil são homens e mulheres de bem, trabalhadores, que não estudaram porque não tiveram oportunidade, optaram pelo trabalho ou nasceram em época diferente da nossa, quando o trabalho era mais importante do que a educação.

E, também a respeito da violência que cresce, muitas vezes nós atribuímos sempre a violência à falta de emprego, à pobreza. E mais uma vez afirmamos que a pobreza tem contribuído, em algumas áreas, com os bolsões de miséria, para o aumento da violência. Mas os ricos também cometem crime no Brasil, ou comandam o crime, e não são presos. Muitos até afirmam que as leis no Brasil são diferentes,



não são iguais para todos. Nós sabemos que no Brasil a lei é igual para todo mundo, mas nem todo mundo tem dinheiro para pagar um bom advogado, para fazer uma boa defesa e continua mofando atrás das grades.

E a CPI entende isso. A CPI entende que nem todo mundo que está preso é bandido. A maior parte da população carcerária é de infratores que cometeram delitos. Se tiverem oportunidade um dia, eles voltarão à sociedade. E nem todos aqueles que estão soltos estão soltos porque merecem. Muitos estão soltos porque têm sorte de ainda não terem sido pegos por uma ação policial ou por um processo de investigação.

E o nosso trabalho é sensibilizar a sociedade brasileira da necessidade de investir no sistema prisional, sensibilizar os Governos do Estado da necessidade de investir no sistema prisional.

Nosso País, de janeiro de 2006 a junho de 2007, teve 1.700 mortes dentro do sistema prisional. É um número muito alto para um país que não tem pena de morte. Durante muito tempo foi feito um discurso fácil de que não adianta construir presídios e sim escolas. Muitos governantes não construíram nem escolas nem presídios, e hoje temos um déficit de 220 mil vagas no setor carcerário e temos também um déficit de vagas no setor educacional.

Durante muito tempo foi feito um discurso também fácil na sociedade de que bandido bom é bandido morto, mas acontece que muitos deles, antes de morrer, matam seu filho, matam sua mãe, matam um parente seu, porque, se ele não for tratado como ser humano, a tendência de ele voltar para a sociedade mais violento é cada vez maior. E isso explica o número de reincidentes que hoje está no setor carcerário, que entram com 12 e depois voltam com 57, voltam com 55, e nós sabemos que a criminalidade não tem fim.

O nosso objetivo é esse aqui: proporcionar o debate, para que toda a sociedade possa participar. Eu tenho certeza de que aqueles que estão acompanhando pela *TV Assembléia*, aqueles que estão acompanhando esta audiência sabem que tudo que foi falado aqui é necessário que aconteça para que nós possamos ter um sistema prisional que cumpra com as suas funções.

Por isso, nós queremos agradecer ao Governo do Estado pelo apoio que deu à CPI, através das Secretarias, principalmente da Secretaria de Justiça.



Agradecemos à Polícia Militar pelo acompanhamento nosso nas unidades prisionais, à Polícia Federal, que também está conosco. Agradecemos à Polícia Civil, que também esteve conosco, e até ao Corpo de Bombeiros, que não é comum, mas acompanhou as visitas da CPI. Nós não viemos para botar fogo, mas é questão de segurança. Isso é uma preocupação, a gente acha que foi até uma preocupação um pouco demasiada, mas a gente agradece pela preocupação do Governo com a nossa integridade física. Nós queremos também agradecer a todas as instituições que estiveram conosco participando, à juíza, à representante da OAB, aos agentes penitenciários, do Ministério Público, da Defensoria Pública, aos funcionários da Assembléia, às taquígrafas, que estão aqui até essa hora, ao pessoal da *TV Assembléia*, aos cinegrafistas, aos fotógrafos, aos técnicos de som, que estão conosco durante todo esse dia participando deste trabalho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora gostaria de falar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não. Vamos abrir essa exceção. Vai ser a última, mas pode falar. Identifique-se, por favor, como é audiência pública.

A SRA. CÁSSIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA - Com licença, desculpa por ter tomado essa palavra pelo Presidente. Eu só queria fazer uma pergunta à nossa Secretária. Sou Cássia, trabalho no Pascoal Ramos. Eu vim só fazer essa pergunta simples. Aqui na CPI está falando sobre a ressocialização dos reeducandos.

Eu queria saber se também vai ter a valorização nossa, como agente prisional, porque eu vi as metas dessa Secretária agora, da nossa Secretária Adjunta, mas em nenhum momento eu ouvi falar dos agentes prisionais, porque nós somos aquela... o fio da navalha do reeducando até a sociedade. Somos ameaçados. E quando a gente entra nos raios, são coisas que não aparecem para a mídia, mas que a gente passa lá dentro. Então, para ressocializar, ter essa palavra de ressocialização, nós temos que ser valorizados também.

E eu tenho família, tenho filha. Eu saio para fora. No bairro onde eu moro, é um bairro pesado, que se chama Mapim.



Quando se falou do porte de arma, não queremos, como agente prisional, andar armados, mas necessitamos andar armados sim, porque aqui em Mato Grosso, aqui em Cuiabá, lá na Vargem Grande está violento.

Eu uso essa camiseta, que é de agente prisional. Eu lavo ela escondida na minha casa, porque lá é uma edícula, e é estendido, e a gente tem que meio precaver. Mas são pessoas que também podem saber que eu sou agente prisional e topar de cara um assalto dentro do ônibus, como aconteceu com um policial que também não tem porte de arma para andar, ele só pode ficar quando ele está trabalhando. E nós temos esse porte só no papel, mas não temos ele.

Eu queria saber da secretária se vai ver com carinho esse tipo... o porte de arma. A funcional, que nós não temos, que até hoje não foi feito por causa desse impasse. Então, é essa a pergunta que a gente está querendo saber, porque, para a gente ressocializar — desculpem o nervosismo aqui —, para a gente ressocializar, a gente também tem que ser valorizado.

Às vezes, eu posso estar truncando o que eu estou falando, mas o que eu estou querendo perguntar de verdade é que nessa meta da Secretária agora, se vai também nos valorizar, vai ver a nossa lei orgânica, a nossa funcional e o nosso porte de arma, que foi legalizado pelo Governo Federal, mas não foi feita uma normativa pelo Governo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Subsecretária está com a palavra para responder.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - As reivindicações que foram feitas por vocês, através do sindicato, foram todas encaminhadas. As carteirinhas já foram providenciadas, dentre as que vocês solicitaram. O porte de arma, quanto à questão da insalubridade, que vocês pediram. A insalubridade encontra-se hoje na SAD, para verificar. O porte de arma está na PGE, porque a gente tem que buscar o amparo legal. Então, nós estamos aguardando. Então, todos os encaminhamentos, assim que eu cheguei, já estavam sendo feitos.

E o que eu quero dizer para vocês é o seguinte: eu também sou funcionária efetiva. Eu sei o que a gente passa. Eu tenho 32 anos de casa. Então, de maneira alguma, eu posso renegar ao funcionalismo público, principalmente o efetivo. E a forma como a gente viu para poder investir no funcionário, quanto Secretaria, e não



como decisão de Governo, pelo Governador, foi a qualificação, a capacitação. Então, a gente está vendo assim como muito carinho. Isso vocês podem acreditar. Em momento algum, a gente sabe e reconhece os trabalhos que vocês fazem lá dentro. Sem vocês, nós não conseguiríamos levar aquilo ali à frente.

Então, você pode ficar bem tranqüila que a gente está pensando com muito carinho em vocês. Está bom?

A SRA. CÁSSIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA - Era isso que eu queria saber. Obrigada.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Agora, eu queria fazer uma consideração, Deputado, com referência à imprensa. Eu gostaria de dizer aos senhores que se encontram aqui que a imprensa lá no presídio foi somente a institucionalizada, não foram outros canais. Foi permitida a entrada da *TV Assembléia*, a *SECOM* e também a da *CPI*. Concorda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso.

A SRA. NEIDE APARECIDA DE MENDONÇA GOMES - Então, é só mesmo para um esclarecimento. Não temos nada contra a imprensa, mas é que a gente tem algumas restrições. Mas que a Dona Alda, que é nossa assessora de imprensa aqui, se comprometeu com os senhores em estar repassando algumas imagens. Então, com certeza, ela estará cumprindo.

Muito obrigada. Eu agradeço muito o momento que vocês estão, a oportunidade que estão nos dando. E, mais uma vez, Mato Grosso agradece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para encerrar. Como é o nome? Valdomiro? Claudomiro. Dois minutinhos para a gente encerrar.

O SR. CLAUDOMIRO MESSIAS - Deputado Presidente, Relator, Domingos, Camilo, assessor parlamentar e demais comissões, agentes prisionais que fizeram uso da palavra, sindicato, nós agradecemos esta rica oportunidade de estarmos debatendo o assunto do sistema prisional, como bem disse pela Cássia, sim, que o sistema prisional ele necessita do apoio de todos, que é uma área sensível. E nós agradecemos que na Câmara Federal houve disponibilidade dos senhores de estar tomando frente na discussão. Gostaríamos aqui que mais pessoas estivessem participando, mas ele é um tema ainda complexo e sensível. Mas que Deus abençoe a todos nós que estamos envolvidos nesta causa, os agentes prisionais, como disse



a Cássia, por uma questão de fé, creio que não adianta, como diz em Saulo que alguns confiam em cavalos, em carros de guerras, nós confiamos no poder do Senhor.

E, só para finalizar, para que Deus abençoe a todos nós que fizemos presentes e devotar um minutinho que seja para a leitura de um pequeno versículo bíblico, se o senhor me permitir. Está em Jeremias, 29, Secretário, Deputado, Presidente, no Versículo 7, que todos nós possamos meditar esse versículo, porque não adianta todo o aparato policial, como disse o Deputado Domingos, não adianta todo esse envolvimento nosso, todo o nosso conhecimento, toda a tecnologia, se Deus não nos proteger. E o versículo diz assim: *“Procurai a paz da cidade, para aonde vos fiz transportar, e orai por ela ao Senhor, porque na sua paz vós tereis paz.”* Se cada um de nós tivesse paz interior, muitos desses problemas que nós estamos tratando hoje aqui vão ser minimizados.

Eu agradeço a oportunidade. Que Deus abençoe a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos. Com essas palavras, declaramos encerrada a audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal e agradecemos a presença de todos. *(Palmas.)*